

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIANA MYLA TAGUCHI

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA CIDADE DE MARIALVA/PR ACERCA DA SEXUALIDADE E  
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

MARINGÁ

2015

MARIANA MYLA TAGUCHI

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA CIDADE DE MARIALVA/PR ACERCA DA SEXUALIDADE E  
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Maringá, como  
requisito para grau de licenciada em  
Pedagogia.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Rose Maio

MARINGÁ

2015

MARIANA MYLA TAGUCHI

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DA CIDADE DE MARIALVA/PR ACERCA DA SEXUALIDADE E  
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Maringá, como  
requisito para grau de licenciada em  
Pedagogia.

DATA DA DEFESA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliane Rose Maio - UEM (orientadora)

---

Prof. Samilo Takara

---

Prof. Ms. Márcio de Oliveira

MARINGÁ

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que acreditaram em meu trabalho, incentivaram-me e colaboraram de forma direta ou indireta para que eu pudesse alcançar neste momento tão importante de minha vida. Desta forma, meus sinceros agradecimentos:

A Deus por estar presente e transmitir paz em todos os momentos da minha vida e especialmente por todo o amparo nos dias difíceis. E também, por me dar força para vencer os desafios diários.

Em especial, aos meus pais, Willy e Meiry, e aos meus irmãos, Pedro e André, pelo total apoio, compreensão, incentivo, amizade e principalmente por acreditarem em mim.

Às minhas colegas de turma que se tornaram melhores amigas. Elas me deram força nos momentos difíceis, alegraram as minhas manhãs, ajudaram-me de todas as formas, tanto na vida acadêmica quanto na pessoal.

Ao meu namorado, David, que sempre acreditou em mim, dando-me forças para continuar até o final do Curso de Pedagogia, e compreendeu a minha ausência para a realização deste presente projeto.

A todas as participantes voluntárias dos questionários, pela disponibilidade de seu tempo e por serem sinceras nas respostas, pois sem elas não teria conseguido.

À Secretaria Municipal de Educação de Marialva por entender a importância desta pesquisa no âmbito educacional e concedê-la, em especial, à Dalva.

Aos Professores Samilo e Márcio pela disponibilidade de participar da minha banca e por contribuir com o meu projeto.

À minha querida orientadora, Eliane Maio, pela total disponibilidade de ajudar com o projeto, embora tivesse outras atividades acadêmicas e pessoais. Obrigada pela sua dedicação, atenção, tempo, paciência e ensinamento durante todo este período.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. CONCEITO DE SEXUALIDADE.....</b>	<b>19</b>
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.....	23
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....</b>	<b>29</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>70</b>

## RESUMO

Na atualidade, é importante refletir sobre como as questões sobre sexualidade e violência sexual infantil, nas Escolas Municipais de Educação Infantil, vêm sendo conduzidas por educadores/as. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é realizar um levantamento de conhecimentos das profissionais da Educação, entre elas: orientadoras pedagógicas, diretoras e professoras sobre aspectos da sexualidade na Educação Infantil, nos Centros Municipais de Educação Infantil na cidade de Marialva – Paraná. Para isto, indagamos sobre a questão norteadora do trabalho: como a escola trabalha questões da sexualidade na Educação Infantil? Destarte, realizamos uma pesquisa quantitativa de campo, na qual analisamos dezenove questionários, aplicados em profissionais da Educação, em seis Centros Municipais de Educação Infantil. Por meio dos questionários, constatamos que há receio das participantes voluntárias ao debater essa temática no âmbito educacional e também pouco conhecimento sobre o assunto. Acreditamos que a escola seja a base de formação da criança, não a colocando como uma solução, mas como um caminho, uma condução para que haja prevenção à violência sexual, entre outros assuntos ligados à temática, e isso se dará por meio da Educação Sexual na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Violência sexual infantil. Sexualidade.

## ABSTRACT

Nowadays it's important to think about how themes like sexuality and child sexual violence, in the Municipal Schools of childhood education, has been conducted by the educators. This way, the goal of this present project is to evaluate the knowledge of the professionals of Education, among them: pedagogical tutors, principals and teachers, about sexuality in the childhood education in the Municipal Schools of childhood education in the city of Marialva – Paraná. For this purpose, the important question is raised: how do schools work with the subject of sexuality in childhood education? Thereby, a survey was conducted, in which nineteen questionnaires were analyzed, applied in six Municipals Centers of childhood education. Though these questionnaires, it was found that there's a concern to discuss this subject. We believe that the school is the base of the child's development, not putting it as a solution, but as a way, a guiding, so that there's a prevention about sexual abuse and others issues involving the topic, it would be by the sexual education in the childhood education.

**Keywords:** Childhood sexual education. Sexual abuse. Sexuality.

## **LISTA DE IMAGENS**

**IMAGEM 1:** Câmara Municipal de Marialva/PR.

**IMAGEM 2:** Como funciona a rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil

**IMAGEM 3:** O que diz a Lei sobre a violência sexual. Parte I.

**IMAGEM 4:** O que diz a Lei sobre a violência sexual. Parte II.



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> Idades das participantes.....	33
<b>GRÁFICO 2:</b> Educação Sexual: família ou escola?.....	33
<b>GRÁFICO 3:</b> A abordagem da Educação Sexual Infantil na sala de aula.....	36
<b>GRÁFICO 4:</b> Educação sexual infantil: receio ao trabalhar a sexualidade.....	38
<b>GRÁFICO 5:</b> Plano Municipal de Educação: Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2015...43	
<b>GRÁFICO 6:</b> Temas que influenciam a sexualidade da criança.....	46
<b>GRÁFICO 7:</b> Histórico da formação acadêmica sobre a sexualidade.....	52

## LISTA DE QUADRO

<b>QUADRO 1:</b> Identificação das educadoras.....	32
--	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>PCN</b> - Parâmetros Curriculares Nacionais.....	14
<b>PNE</b> - Plano Nacional de Educação.....	45
<b>SEDUC</b> - Secretária Municipal de Educação de Maringá/PR.....	18
<b>TCLE</b> - Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento .....	31
<b>UEM</b> - Universidade Estadual de Maringá.....	14
<b>CRAS</b> - Centro de Referência da Assistência Social.....	50
<b>CREAS</b> - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.....	50

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a sexualidade na Educação Infantil tem se revelado importante visto que, por meio dos Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), identificamos que este tema não tem sido abordado nas Escolas Públicas de Maringá – Paraná. Apesar de ser implantada a partir dos anos de 1990 pelo documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) a educação sexual pouco tem sido trabalhada nas escolas.

Os debates sobre o tema sexualidade nas escolas foi intensificado no início do século XX no Brasil. Neste período, estavam acontecendo vários movimentos sociais tais como, o movimento feminista, na década de 1960. Essas transformações sociais mobilizaram as políticas públicas a garantir os direitos humanos para aqueles grupos como, por exemplo, as mulheres que historicamente estavam esquecidos perante a sociedade. Na educação, foram elaborados os PCN (BRASIL, 1997) (BORDINI, 2009).

O documento afirma que os temas transversais são compreendidos em seis áreas: Orientação Sexual, Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e consumo. Em síntese, estes conteúdos devem ser trabalhados nas escolas para que os/as alunos/as possam ter o conhecimento do próprio corpo e ter noções básicas de higiene, desse modo o conteúdo seria passado para prevenir doenças sexualmente transmissíveis, este item é somente para o Volume 10, o da Orientação Sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais asseguram que é dever da escola trabalhar esses temas transversais, mas muitas escolas às quais frequentamos não trabalham estes assuntos. Nesta perspectiva, em relação aos aspectos culturais e sociais é imprescindível que a intuição escolar deve ser um espaço de informação e formação em que o domínio dos conteúdos deveria (BRASIL, 1997).

Na referida prática nos Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios do Curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Maringá, não vimos nenhuma campanha contra a violência sexual, palestras de prevenção contra o abuso ou abordagem sobre o tema Educação Sexual. Entretanto, no curso ofertado entre os períodos matutino e noturno com duração de quatro a oito anos, na disciplina de Psicologia da

Educação: Abordagens Comportamental e Histórico-Cultural, com a carga horária de 68 h/a, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Rose Maio (Departamento de Teoria e Prática da Educação), no ano de 2013, as acadêmicas <sup>1</sup>de Pedagogia do período matutino, no segundo semestre, tiveram a honra e a oportunidade de conhecer o trabalho sobre a Educação Sexual, prevenção de abuso e violência sexual infantil.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Maio trabalha estas temáticas em suas disciplinas, tanto dentro das salas de aulas ou eventos de extensões que proporciona, embora este Curso não trabalhe a Educação sexual como disciplina específica. Uma pesquisa feita por Jaqueline Santana (2014) buscou identificar os conhecimentos dos/as estagiários/as, da UEM, dos 4º anos (matutino/noturno) sobre a violência sexual infantil como, temática, casos e prevenções e se estudaram este tema no Curso de Pedagogia como disciplina específica em sua Matriz Curricular. Como resultado, os/as alunos/as não têm uma disciplina específica e a maioria dos/as educadores/as não está preparado/a como proceder diante de um sinal de violência sexual infantil.

Por meio de suas aulas presenciais e de suas palestras que percebemos a importância de conhecer a Educação Sexual Infantil, a sexualidade e a prevenção da violência sexual infantil, acreditamos que são indispensáveis os estudos contínuos desta temática, pois se os/as professores/as obtiverem o conhecimento, ajudariam a identificar as vítimas de violência sexual e possibilitar atendimentos específicos, bem como planejar as aulas em nível de prevenção.

O estudo deste tema na Educação Infantil se faz necessário, tendo em vista que a sexualidade está presente em todas as fases do desenvolvimento humano, desde o nascimento até a morte. Conforme Kusnetzoff (1982), Sigmund Freud (1856-1939), pai da Psicanálise, define que o instinto sexual está na infância e não se caracteriza pela liderança genital, mas se representa de uma forma variada. Não tem como finalidade o relacionamento sexual, seus fins ficam apenas como fantasia e de forma autoeróticas.

Para Forchesatto (2011), na concepção freudiana a fantasia é um recurso utilizado na satisfação parcial de um desejo inconsciente cuja satisfação foi frustrada. Isso nos remete ao exemplo do/a bebê faminto/a que, na ausência do leite, passa a chupar o dedo e alucinar ou fantasiar que está mamando.

Nessa mesma perceptiva, para Nunes e Silva (2006, p.77),

---

<sup>1</sup> Somente pessoas do gênero feminino pertencentes à turma 01 – Pedagogia (UEM), 2012.

[...] a manipulação dos órgãos genitais, que se organiza ao redor dos três ou quatro anos, é uma das mais intensas descobertas infantis. A manipulação dos órgãos genitais proporciona intensa experiência de prazer para a criança. Não se trata de uma busca intencional, daí se absolutamente ridículo e descabido reprimi-la como "masturbação" ou perversidade.

Para Nunes e Silva (2006) a masturbação não pode se confundir com a manipulação dos órgãos sexuais. A masturbação é quando a pessoa tem a intenção de ter prazer, já a manipulação não tem uma intenção, é uma explicação inconsciente, como uma descoberta do próprio corpo. Deste modo, deveríamos respeitar essas manifestações de descobertas das crianças sobre o seu corpo.

Nos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios a compreensão dos/as educadores/as em relação às descobertas das sexualidades dos/as alunos/as em relação ao corpo da criança não existia. Conforme Maio (2011) relata não é comum essa abordagem tranquila e sensata dos/as professores/as para com os comportamentos dos/as alunos/as quanto à sexualidade, pelo contrário, a repressão por meio do tom de voz alto, ríspido e o castigo são algumas das atividades encaminhadas nesta situação.

Esteves (2000 *apud* MARTINI, 2009) relata que a escola tem a obrigação de preparar os/as professores/as, principalmente de Educação Infantil, para uma mais adequada postura diante da situação que envolva a sexualidade, assim, pode vir a esclarecer as dúvidas dos/as educadores/as sem causar a erotização 'precoce' da criança.

Ressaltamos a importância de trabalhar este tema nas instituições de Educação Infantil para que, se debatermos com as crianças e com os/as educadores/as que é importante informá-las sobre a sexualidade, seja por meio, de palestras ou campanhas efetivas, talvez uma hipótese, seria o 'início' de uma prevenção da violência sexual. Para o/a autor/a Benedito Rodrigues dos Santos e Rita Ippolito do *Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual* (2009) a escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual.

Conforme Briggs e Paior (2011) se a criança conhecer que o seu corpo pertence a ela, e que ninguém contra a sua vontade possa mexê-lo, passaria a

proteger o seu próprio corpo e que o dever da escola seria informar e debater com os/as alunos/as esse assunto.

É importante salientar que a violência sexual infantil se faz presente neste presente projeto e a julgamos importante, considerando que os índices de violência sexual no Paraná têm se elevado. Os números da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal (BRASIL, 2013) apontam que, de cada quatro denúncias de violência e exploração sexuais infantis registradas em 2013, no Brasil, uma ocorre no Paraná. De acordo com o Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes “Disque 100”, central telefônica que recebe esse tipo de denúncia, 1,7 mil ligações foram feitas do Estado<sup>2</sup> (G1 PARANÁ, 2014). Portanto, é importante indagar: como as questões sobre a sexualidade são trabalhadas na Educação Infantil nas Escolas Municipais da cidade de Marialva – Paraná? Diante disto, a escola será o nosso foco nesta pesquisa, juntamente com esta temática da violência e sexualidade infantil.

O objetivo da pesquisa é realizar um levantamento de conhecimentos das profissionais da Educação, entre elas: orientadoras pedagógicas, diretoras e professoras sobre sexualidade na Educação Infantil, nas Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil na cidade de Marialva – Paraná. Para isto, realizamos uma pesquisa quantitativa de campo.

Moresi (2003) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.). Entregamos um questionário (APÊNDICE A) com algumas questões, às quais, em um tempo de dez minutos aproximadamente foram respondidas, dentro das Instituições de Educação Infantil, da cidade de Marialva-PR.

As experiências com os Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios nas escolas municipais, da cidade de Maringá – PR, mostraram que esta temática não é abordada em sala de aula. Será que em outra cidade é trabalhada a sexualidade na Educação Infantil dentro dos Centros Municipais de Educação? Para verificarmos isto, escolhemos a cidade de Marialva (a 80 quilômetros de Maringá) para

---

<sup>2</sup> Fonte: GLOBO.COM. Estudo diz que PR tem maior número de casos de abuso sexual infantil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/05/estudo-diz-que-pr-tem-maior-numero-de-casos-de-abuso-sexual-infantil.html>>. Acesso em: 15/05/2014.

averiguarmos se as profissionais de educação têm conhecimento acerca da temática e se trabalham este tema em sala de aula e também escolhemos essa cidade por termos conhecidos próximos que residem no local e nos ajudaram muito ao longo das pesquisas de campo.

Tal escolha se deve ao fato de que a realização do presente projeto não pode ser realizada na cidade de Maringá, posto que, infelizmente a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) não permitiu, nos respondendo que há muitas pesquisas já realizadas nesta repartição. A resposta foi por contato telefônico.

O trabalho está subdividido em cinco seções: a primeira refere-se à introdução; a segunda, ao conceito do termo sexualidade com um breve aspecto histórico e suas concepções na visão de alguns/mas autores/as; a terceira, à concepção de violência sexual infantil no âmbito de suas diferentes formas e a importância de trabalhar com a prevenção no ambiente escolar infantil; por derradeiro, a quinta, aos procedimentos metodológicos das análises, as reflexões sobre os resultados obtidos com as pesquisas por meio de gráficos, tabelas e quadro, ressaltando a necessidade de conduzir essa temática no âmbito escolar.



## 2. CONCEITO DE SEXUALIDADE

No final do século XIX, Freud (2006) foi o primeiro teórico a falar sobre a sexualidade infantil. Ele desenvolveu a teoria da sexualidade infantil quando tratava os distúrbios de histeria em seus/suas pacientes adultos/as. Destacamos que a criança não era o ponto principal de seu estudo, ele buscava solucionar os problemas emocionais apresentados em seus/suas pacientes.

Para Freud (2006) a sexualidade nos acompanha desde o nascimento até a morte. Costa e Oliveira (2011) comentam que para o estudioso publicou seu estudo sobre a sexualidade infantil chocando parte da sociedade, no final do século XIX, na qual, não existia a concepção de sexualidade nesta faixa etária. Averiguamos em nossas experiências pessoais que ainda hoje há pessoas que têm, consciente ou inconscientemente, grande dificuldade em lidar e aceitar que desde o nascimento a criança é um ser sexuado.

Para explicar o termo sexualidade infantil é relevante ressaltar a diferença entre 'sexo' e 'sexualidade'. Para Leitão (2015) o sexo é entendido como um fator biológico, distinguindo-se entre pessoas machos e fêmeas. Compreendemos que, conforme Leite e Maio (2013), o termo sexo não é sinônimo de gênero, pois, sexo refere-se às características anatômicas do ser macho e fêmea, enquanto gênero é arquitetado por diferentes culturas e elementos sociais.

A sexualidade é compreendida como algo além das partes do corpo, estabelecendo uma característica que está presente na história do ser humano, em cada processo cultural. Destarte, conforme Nunes e Silva (2006, p. 73) apresentam “[...] a sexualidade transcende à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas”.

Figueiró (2006) compreende que sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Incluem, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual.

Esses/as autores/as buscaram compreender a sexualidade e a sexualidade infantil. A sexualidade, dentro da história da humanidade, é distinguida por intensas mudanças influenciadas pelas percepções e pensamentos que envolvem vários

conceitos que se desenvolvem com base dos múltiplos contextos religiosos, econômicos, políticos e religiosos (LEITÃO, 2015).

Os resultados dos questionários aplicados mostram um pouco do conceito e cultura da participante voluntária sobre sexualidade conforme será visto adiante revela que ainda há muitos/as professoral/ais da educação que têm dificuldade de trabalhar essa temática em sala de aula. A educação sexual escolar sempre foi objeto de polêmica em nossa tradição educacional. A escola brasileira pública e privada, sempre manteve este tema distante de seus procedimentos curriculares e responsabilidades institucionais (NUNES; SILVA, 2000).

Conforme Camargo e Ribeiro (1999, p. 90), se os/as educadores/as tivessem a compreensão no âmbito escolar acerca da sexualidade e respeitassem os/as alunos/as, talvez as crianças tivessem uma atitude diferente acerca deste assunto, não seriam estimuladas pela mídia como, por exemplo, programas de televisão, *internet*, jogos etc. assim, as autoras mencionam que

ao educador e à educadora cabe ajudar a criança a desenvolver uma consciência de sua própria capacidade quando pretende realizar uma determinada tarefa. A criança tem o mundo inteiro para descobrir, perceber, cheirar, apalpar, ouvir, usando o seu corpo. Dessa maneira sempre mostra uma curiosidade por satisfazer. E o corpo é a matriz da sexualidade.

Para Schwengber (2004 *apud* SILVA e BRAGA, 2005), o corpo traz histórias, ressaltando que muitas vezes as crianças escolarizadas não a manifestam. Para a autora, não aprendemos a olhar para nosso corpo e a escola não nos proporciona isso. Essas marcas são determinadas pelo discurso e pela cultura. Ao contrário disso, a intenção da autora é fazer com que percebamos que a humanidade é construída por meio das práticas sociais. Para isso afirma que, segundo Foucault (1988), o corpo é inteiramente marcado de história e esta é o que vai arranhando e moldando esse corpo.

Em uma entrevista no Programa Ver Mais (2011), concedida pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Rose Maio, relata-se a importância de ensinar nas Escolas de Educação Infantil todas as partes do nosso corpo, inclusive sobre a vulva e o pênis, que ainda hoje não são discutidas de maneira formal, sistematizada, acadêmica no âmbito escolar. A entrevistada descreve que na escola trabalha-se com conceitos científicos e indaga se nessa instituição em nível de Educação Infantil fossem trabalhados os

nomes do corpo e a criança escrevesse lado a lado: olho, nariz, boca, umbigo, pênis/vulva, perna, pé, ombro e braços, isto não seria estímulo às questões sobre sexualidade, seriam trabalhados aspectos acadêmicos, portanto, conhecimentos adequados.

Nesta perspectiva, existem crianças e adolescentes com comportamentos diferentes, há aquelas que perguntam sobre sexualidade, outras que não questionam nada e outras ainda que precisam que os/as educadores/as estudem para abordar o assunto. O diálogo é uma ferramenta essencial no processo de educação para a sexualidade. Sendo assim, para Bueno e Moizés (2009, p. 206)

[...] todas as crianças e adolescentes são considerados/as 'seres sexuais', portanto devem obter o acesso a materiais informativos sobre a sexualidade. A escola precisa trabalhar com essas informações e fornecer esses acessos aos materiais acerca do assunto, é preciso mudar as visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criança não chega à escola sem ideias, mas já com diversas inscrições acerca do assunto.

Diante disto, a escola necessita informar os/as alunos/as sobre os conhecimentos científicos acerca da sexualidade. O/A professor/a com estudos contínuos sobre a Educação Sexual deve estabelecer uma relação de confiança e afeto para que a aprendizagem no/a aluno/a possa fluir, para isto, é necessário que um bom diálogo seja fundamental para esse processo de ensino-aprendizagem.

Conforme apresenta Furlani (2005, p. 68) a discussão de sexualidade na escola

[...] fascina muitos e apavora outros tantos; ou talvez melhor seria dizer que ela fascina e apavora, ao mesmo tempo, muitos. Mas vale registrar que o momento histórico que vivemos se mostra mais favorável a essa discussão: a política educacional oficial estimula e recomenda; a demanda infanto juvenil 'obriga'; pais e mães dividem-se entre a objeção, a indiferença e a manifestação favorável; professoras e professores a definem como projeto político pessoal e imergem na Educação Sexual. A sexualidade viva, no contexto cultural, é cada vez mais assunto obrigatório na Escola, em todos os seus níveis. Quer queiramos ou não, tudo indica que "o bicho vai pegar".

A ausência de subsídios acerca de certos aspectos da sexualidade não necessita ser vista, somente, como um não conhecimento, já que a carência de informações pode se revelar numa deliberada oposição ao conhecimento.

Esse 'desejo de não saber' talvez aponte, por parte de quem o afirma, uma arrogante explicitação de 'já saber o necessário sobre' ou uma

incapacidade, uma pretensa má vontade e relutância para admitir e reconhecer a existência do 'outro', daquele que é diferente, do marginal (FURLANI, 2005, p. 87).

Acreditamos que a maioria dos/as profissionais da educação deve aprimorar o seu conhecimento e suas concepções, não basta saber o necessário sobre a sexualidade, é preciso ir além de suas tradições e processos culturais, além de aspectos religiosos, que implicam nas questões da sexualidade. Em concordância com a autora citada acima, é preciso reconhecer a existência do/a 'outro/a ' daquele/a que é diferente.

Para Silva e Braga (2005) a escola tem como função social propagar o conhecimento formal e científico estruturado ao longo da história, contudo mesmo com esse conhecimento ainda existem dificuldades para trabalhar as questões relacionadas ao tema sexualidade e suas manifestações sexuais (gestos e palavras).

Sayão (1997, p.112) informa que,

[...] a essa escola também se constitui num importante agente [...] não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa "praia". As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade.

A sexualidade está inserida no ambiente escolar independente de sua abordagem, insere-se em todos os espaços escolares das crianças por meio de revistas, livros, jornais, *internet* etc. Portanto, os/as docentes não devem discriminar a sua inexistência, é necessário reconhecer e dialogar de forma adequada com os/as alunos/as.

Braga (2002, p. 82) salienta que,

[...] os/as educadores/as têm uma importância fundamental na vida de uma criança. Eles/as são os/as mediadores/as da aprendizagem formal, mas também são modelos de identificação sexual dos/as seus/suas alunos/as, pois assim como os/as pais/mães, transmitem – verbais ou não – verbalmente – informações sobre a sexualidade. A escola, querendo ou não, interfere na construção da sexualidade de cada aluno. A sexualidade está presente também na escola, isso não se pode negar.

Podemos perceber por meio desta citação que, as pessoas envolvidas no processo de educação da criança, sejam, os pais, as mães, parentes, amigos/as e professores/as transmitam de alguma maneira seja ela via oral ou por meio de

ações, os conhecimentos sobre a sexualidade. Ela está presente na escola, não podemos dizer que não exista. Cada instituição de ensino tem seus valores e metodologias, e isto faz com que interfira na construção da sexualidade de cada discípulo.

Santos e Ippolito (2009) apresentam que a sexualidade da criança e do/a adolescente precisa desenvolver-se num ambiente propício como, por exemplo, na instituição escolar, para que venham a ter uma vida sexual saudável e adequada.

Não podemos explicar a prevenção e o cuidado à violência sexual sem ao menos mencionar os significados destes termos. Sendo assim, na próxima subseção, apresentamos o conceito de violência e os seus respectivos tipos e abordamos as formas e a importância de trabalhar com a prevenção no ambiente escolar infantil.

## 2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Nesta seção será apresentado o conceito de alguns tipos de violência, entre eles: física, psicológica, sexual e negligência e também serão abordadas formas de trabalhar com a prevenção no ambiente escolar infantil. O documento disponibilizado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, *Criança vítima de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar*, de autoria de Karen Richter Pereira dos Santos Romero (2007), afirma que, de acordo com Foucault (1976), a violência caracteriza-se por uma relação de forças desiguais, configurando assim uma relação de poder onde o/a mais forte subjuga, explora e domina o/a mais fraco/a.

Segundo Silva *et al.* (2007), a violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que podem causar lesões internas: hemorragias, fraturas e externas: cortes, hematomas, feridas.

A violência psicológica é um conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente. Tal agressão ocorre quando falamos mal, rejeitamos, isolamos, aterrorizamos, exigimos demais das crianças e dos/as adolescentes, ou mesmo, os utilizamos para atender a necessidades dos/as adultos/as. Apesar de ser extremamente frequente, essa modalidade de violência é uma das mais difíceis de serem identificadas e podem

trazer graves danos aos desenvolvimentos emocional, físico, sexual e social da criança (ABRAPIA, 1997; CRAMI, 2000; A REDE, 2004).

Azevedo e Guerra (1998) afirmam que a violência sexual corresponde a todo ato ou jogo sexual entre um/a ou mais adulto/a e uma criança e/ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-la/o sexualmente, utilizá-lo/a para obter satisfação sexual. Salientam também que, no caso de violência, os/as agredidos/as de todas as idades são sempre vítimas e jamais culpados/as e isso afeta seus comportamentos físicos e emocionais.

A negligência é a falta de proteção e de cuidado dos/as meninos/as e dos/as jovens, a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização destes indivíduos como pessoa de direito. É o desrespeito às suas necessidades e às etapas particulares do desenvolvimento (FALEIROS e FALEIROS, 2008).

Outrossim, salientamos que existe violência dentro da própria casa (intrafamiliar) e a que acontece fora de casa (extrafamiliar), ambas podem ser cometidas por qualquer membro da família, por exemplo, pode-se suceder por indivíduos que não têm o tipo sanguíneo igual e consideram-se parentes como, amigos/as próximos à pessoa que pratica a agressão. Essa violência representa toda ação ou omissão que danifique o completo desenvolvimento de uma pessoa em desenvolvimento, ferindo seu bem-estar, sua integridade física e psicológica (BRASIL, 2001).

Consoante a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI, 2002), a violência sexual contra crianças e adolescentes se origina nas relações em que haja notável desigualdade de poder, dentre as quais citamos dominação de gênero, classe social e faixa etária. Nesse sentido, considerando a perspectiva histórico-cultural <sup>3</sup>, essas relações em desequilíbrio contribuem decisivamente para a manifestação dos/as abusadores/as e exploradores/as. O lado mais fraco da relação, a criança, fica exposto às agressões por conta da sua vulnerabilidade e dificuldade em reagir aos ataques, além de que uma hipotética revelação do crime possa não representar relevante perigo para quem o comete, o que favorece sua ocorrência (ANDI, 2002).

---

<sup>3</sup> Em síntese, conforme Leite *et al.* (2009) a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural foi desenvolvida por Lev Vigotski (1896-1934) é vista como fruto da aprendizagem sucedidas por meio da interação dos indivíduos com o outro, mediada com os conhecimentos adquiridos em sua cultura.

O abuso sexual infantil é um subgrupo da violência sexual. É definido por Azevedo e Guerra (1995) como todo ato ou omissão praticados/as por pais/mães, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica por um lado, uma transgressão de poder/dever do/a adulto/a e, de outro/a, uma coisificação da infância.

Quanto ao aspecto histórico da violência sexual infantil no Brasil, a chegada das primeiras crianças no país, mesmo antes do seu descobrimento oficial, foi marcada por ausência de proteção. Conforme Azambuja (2004, p. 35)

[...] na condição de órfãs do Rei, como grumetes ou pajens, eram enviadas com a incumbência de casarem com os súditos da Coroa. Devido ao reduzido número de mulheres nas embarcações, as crianças sofriam abusos sexuais dos marujos e sofriam toda forma de violência. Além disso, em decorrência dos naufrágios corriqueiros, eram abandonadas ao mar pelos adultos, sem qualquer piedade.

As primeiras ações de atendimento à infância no Brasil são de cunho assistencialista, tendo algumas mudanças somente a partir dos anos de 1980. As crianças dos seguimentos mais pobres recebiam atendimento assistencialistas de cuidado com higiene e saúde, o atendimento educacional era voltado para a compensação da sua situação de pobreza (LIMA; MAIO, 2014a).

Conforme apresentam Day *et al.* (2003) a história do Brasil, na segunda metade do Século XX (Período pós-moderno) com a evolução das Ciências ocorridas naquele momento, iniciou-se diversas legislações para a garantia de proteção à criança e ao/à adolescente. A Constituição Federal de 1988 evidencia a garantia do direito a todos à educação, isto inclui que médicos/as, psicólogos/as, pedagogos/as e assistentes sociais, profissionais podem estar envolvidos/as e contribuir para o atendimento e a defesa de direitos das crianças e dos/as adolescentes.

O Artigo 227 conforme a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Dentre as inovações jurídicas que passaram a vigorar com o advento da Constituição de 1988, de suma importância é a responsabilização lançada em conjunto à família, à sociedade e ao poder público relativo ao atendimento dos direitos fundamentais da criança, reconhecido como prioridade absoluta. De todos/as os/as envolvidos/as, recai de igual forma a responsabilização pelo descumprimento dos novos deveres, hoje elevados à condição de direitos da infância. Recusar à criança os direitos humanos fundamentais, “[...] significa negar-lhe a essência da própria dignidade humana. O moderno paradigma da infância passa a ser também o moderno paradigma da vida adulta” (DAY *et al.* 2003, p.13).

Deste modo, é importante salientar a necessidade de trabalhar a violência sexual no âmbito escolar, para garantir ao máximo a proteção absoluta da criança, nós educadores/as somos responsáveis pela segurança da criança ou do/a adolescente, precisamos estar sempre alertas aos sinais diferentes de comportamento apresentados, os quais podem representar sinais de violência.

O *Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (2013), de Benedito Rodrigues dos Santos *et al.* apresenta que os sinais de violência podem ser ‘avisados’ de diversos jeitos pelas crianças e adolescentes, e nem sempre, de forma verbalizada. Podem-se identificar de duas maneiras, os sinais corporais/provas materiais ou sinais comportamentais/provas imateriais.

São mencionados doze provas materiais evidenciadas, comentaremos algumas que julgamos importante: dificuldade para sentar, caminhar (devido a lesões no ânus ou vagina) e engolir alimentos ou líquidos causados por gonorréia nas amígdalas; lesões corporais e físicas ocasionada pela violência física; problemas de saúde sem aparentar motivo clínico (dores de cabeça, vômitos etc.), mas o fato é que têm fundos emocionais e psicológicos. Por outro lado, quanto aos sinais comportamentais, são alegados treze provas, das quais destacaremos: medo de lugares fechados e do escuro; culpabilidade e dor causada em si mesmo/a; baixa autoestima etc. (SANTOS *et al.*, 2011)

Sayão (2006, p. 21) complementa com outros sinais:

dificuldade de andar; roupas rasgadas ou manchadas de sangue; sinais de hemorragia retal ou uretral; queixas de cólicas intestinais; evidências de infecções genitais; dor ou coceira na área genital ou na garganta; dificuldade para controlar a urina e as fezes; erupções na pele; vômitos e dores de cabeça repetidos e sem qualquer explicação clínica, assim como



apresentação de outras enfermidades psicossomáticas. Como pistas comportamentais, seriam: mudanças súbitas e inexplicáveis de humor; sono perturbado com pesadelos frequentes, medo de escuro, suores, gritos ou presença de agitação noturna; comportamentos regressivos a padrões infantis como choro excessivo, incontinência urinária ou chupar os dedos; retraimento diante de certa pessoa ou sinais de medo ao ser deixada sozinha com alguém em algum lugar; demonstração de medo em lugares fechados; comportamento agressivo com tentativas de fuga de casa; auto-depreciação; perda de apetite ou excesso de alimentação; resistência em participar de atividades físicas; aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupas; envolvimento súbito com prostituição, drogas ou alcoolismo.

Por meio destas concepções percebemos que todos/as os/as educadores/as, pais/mães e responsáveis precisam estar atentos/as aos sinais de comportamentos físicos e psíquicos que a criança demonstra, pois estes ajudam a identificá-los e preveni-los contra a violência, evitando consequências duradouras nas crianças e adolescentes. Caso ocorra a confirmação da violência é necessário, ético e moralmente que se faça uma notificação sob a lei nº8. 069 de 13 de julho de 1990 e comunique às autoridades competentes:

Art. 13 Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990, p. 79).

Art. 245 Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, p.537).

Deste modo, todos/as pessoas envolvidas com as crianças, isto inclui, pais/mães, professores/as e responsáveis deverão garantir os direitos à proteção e a segurança da criança. Nesta perspectiva, no âmbito educacional, considera-se que haja um trabalho e formação docente adequado, em cursos de licenciatura, pode proporcionar discernimentos adequados em um caminho para a prevenção do abuso e da violência sexual infantil, minimizando ou até mesmo extinguindo esta mazela humana, que tanto interfere no desenvolvimento de uma pessoa (LIMA e MAIO, 2014b).

Em seu turno Barbosa (2008) assevera que os/as professores/as devem estar sempre atualizados/as, uma vez que um/uma bom/boa profissional da educação é aquele/a que se preocupa com o bem estar social e psicológico com todos/as que estão inseridos/as à sua volta. Portanto, acreditamos que se trabalharmos o tema da

prevenção da violência sexual nas escolas de Educação Infantil, a criança poderá aprender e questionar os papéis e funções do pai/mãe/responsáveis em suas relações, viabilizando o entendimento dos limites sobre o seu corpo, por meio de adequações do vocabulário específico para a idade. Isto é prevenção!

Percebemos a importância de prevenir a violência sexual infantil quando olhamos os elevados índices de casos de abuso e violência sexual no Paraná, cerca de vinte e quatro por cento de denúncias foram registradas no "Disque 100", ou seja, uma em cada quatro denúncias de abuso sexual registradas no Brasil, parte do Estado do Paraná<sup>4</sup>.

Diante essas considerações, na seção seguinte apresentaremos os procedimentos metodológicos sobre a avaliação dos vinte questionários entregues, no qual um deles não foi respondido, portanto dezenove questionários foram analisados, estes foram realizados em seis Centro Municipal de Educação Infantil de Marialva-Paraná com o intuito de refletir sobre como as questões de sexualidade vêm sendo conduzidas por educadores/as desta cidade. O objetivo é realizar um levantamento dos conhecimentos das profissionais da Educação, entre elas: orientadoras pedagógicas, diretoras e professoras sobre sexualidade na Educação Infantil, nos CMEIs de Marialva-Paraná

---

<sup>4</sup> PAIVA, E. (2014). Paraná registra 24% das denúncias de abuso e exploração sexual do país - Congoticias - **Notícias de Congoninhas e Região** [online]. Congoticias.net. Disponível em:<<http://www.congoticias.net/2014/05/parana-registra-24-das-denuncias-de.html>>. Acesso em: 14/11/2014.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção explicamos o método da análise quantitativa/qualitativa e bibliográfica. Em seguida, serão apresentados os dados das análises dos questionários. Neste contexto, o estudo pretendido é caracterizado em uma análise quantitativa/qualitativa. Para Fuzzi (2010, p.1) a pesquisa de campo procede à

[...] observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Ciência e áreas de estudo, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, História, Arquitetura, Pedagogia, Política e outras, usam freqüentemente a pesquisa de campo para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise.

Em uma pesquisa de campo procura-se tratar da coleta de dados da realidade da situação, entretanto, segundo Franco (1985), numa pesquisa em que a abordagem é basicamente quantitativa, o/a pesquisador/a se limita à descrição factual deste ou daquele evento, ignorando a complexidade da realidade social. Portanto, com base em Fuzzi (2010) e Franco (1985) essa pesquisa é uma monografia, em forma qualitativa /quantitativa e bibliográfica.

Conforme explica Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Por outro lado, em concordância com a palestra ministrada por Anna Carolina Salgado Jardim e Viviane Santos Pereira (2009), cujo título da pesquisa apresentada é *Metodologia Quantitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos seus contextos vividos em Campo*, citando Goldenberg (1999) a pesquisa qualitativa

se fundamenta e compreende em um grupo social, e não com a representatividade numérica. Os/As pesquisadores/as que seguem a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (JARDIM e PEREIRA, 2009). Assim, os/as pesquisadores/as quantitativa/qualitativa não aceitam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o/a pesquisador/a não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1999).

Por conseguinte, este trabalho tem as características de uma pesquisa quantitativa/qualitativa e bibliográfica. Deste modo, apresentamos as análises das respostas obtidas nos questionários de dezenove profissionais da Educação Infantil, procurando responder a questão norteadora: como o CMEI trabalha questões da sexualidade na Educação Infantil?

As participantes da coleta de dados são profissionais da Educação, entre elas: seis orientadoras pedagógicas, seis diretoras e sete professoras da Educação Infantil, nos Centros Municipais de Educação Infantil na cidade de Marialva – Paraná. As respostas às questões sobre aspectos da sexualidade proporcionaram os dados requeridos para testar a hipótese de como as escolas as trabalham na Educação Infantil. Ressaltamos que o objetivo da pesquisa é realizar um levantamento de conhecimentos das profissionais da Educação nas Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil na cidade de Marialva – Paraná.

Para a aplicação dos questionários, fomos pessoalmente à Secretaria de Educação do Município de Marialva para obter a aprovação do mesmo. A coordenadora pedagógica nos recebeu de 'braços abertos' e nos deu uma 'intimação' para receber o retorno da pesquisa, pois considerou que é de suma importância trabalhar a sexualidade no âmbito da Educação Infantil.

Entregamos os questionários às vinte participantes<sup>5</sup> e as mesmas tiveram um prazo de sete dias para responder as questões. Ao adentrar nas instituições de ensino as profissionais da educação se 'assustaram' com a temática abordada, sexualidade na Educação Infantil, nos questionaram sobre quais faixas etárias seriam limitadas para esta Educação, nós respondemos que corresponderia à faixa

---

<sup>5</sup> Somente pessoas do gênero feminino participaram desta pesquisa.

de zero aos cinco anos, neste momento percebemos que as instituições não abordam esse tema dentro delas e que ainda há um receio ao abordar.

Em todas as escolas fomos muito bem recebidas no local, ao apresentarmos a temática da sexualidade na Educação Infantil, a equipe pedagógica sentiu certo receio ao trabalhar esse assunto na Educação Infantil. Cerca de sete instituições de Ensino Infantil foram disponibilizadas a nós, e apenas uma recusou-se a fornecer informações. Os dados de uma instituição foram negados, devido à emissividade de ter profissionais estagiários/as, mesmo explicando que os questionários não seriam aplicados com nenhum/a estagiário/a e não envolveria nenhum/a aluno/a ou pai/mãe/responsável, esta instituição não deixou aplicar devido a este motivo inexplicável e ainda se fosse o último caso, com as palavras da pedagoga presente naquele dia: "Não podemos aceitar a aplicação do seu questionário, pois temos muitos estagiários presentes na instituição, se for o último caso, e nenhuma outra escola aceitar, podemos rever a nossa posição da aceitação ou não dos questionários". Em todas as instituições em que nos dirigimos, explicamos o caráter da pesquisa e para qual a finalidade dela, deixamos explícito que os questionários deveriam ser respondidos por: orientadoras pedagógicas, diretoras e educadoras, em nenhum momento nós falamos que precisaríamos intervir com estágios dentro das escolas.

Os dados obtidos com os questionários que aplicamos na pesquisa com as docentes da Educação Infantil no município de Marialva – Paraná foi significativo para o presente projeto. Como relatamos anteriormente, nos Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios do Curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Maringá/PR, não são abordadas nas instituições de Educação Infantil questões sobre sexualidade infantil. Ainda, vimos que por meio dos questionários e das conversas informais com as pedagogas nas Escolas de Educação Infantil de Marialva este tema não é tratado diferente dentro do ambiente escolar, ou seja, assim como Maringá/PR a Educação Sexual também não é abordada na escola dos municípios de Marialva/PR.

Nesta perspectiva, avaliamos nessa seção a obtenção dos resultados da análise dos questionários. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UEM (COPEP) (APÊNDICE B). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) foi lido e explicado para todas as participantes da pesquisa, os questionários aplicados nas instituições de ensino foram apresentados e lidos.

O questionário foi voluntário e com caráter confidencial, elas tinham o tempo de uma semana para responder as questões. Todas as questões foram respondidas por profissionais da Educação Infantil entre idades de 25 a 50 anos ou mais, correspondendo todas do gênero feminino. O total de questionários aplicados em seis Escolas Municipais de Educação Infantil incluindo entre elas, uma Escola Municipal de Educação Infantil Rural foram 20, e 19 respondidos. Organizamos as respostas dos questionários apresentando gráficos em algumas questões e respostas descritivas nas quais julgamos importante relatar.

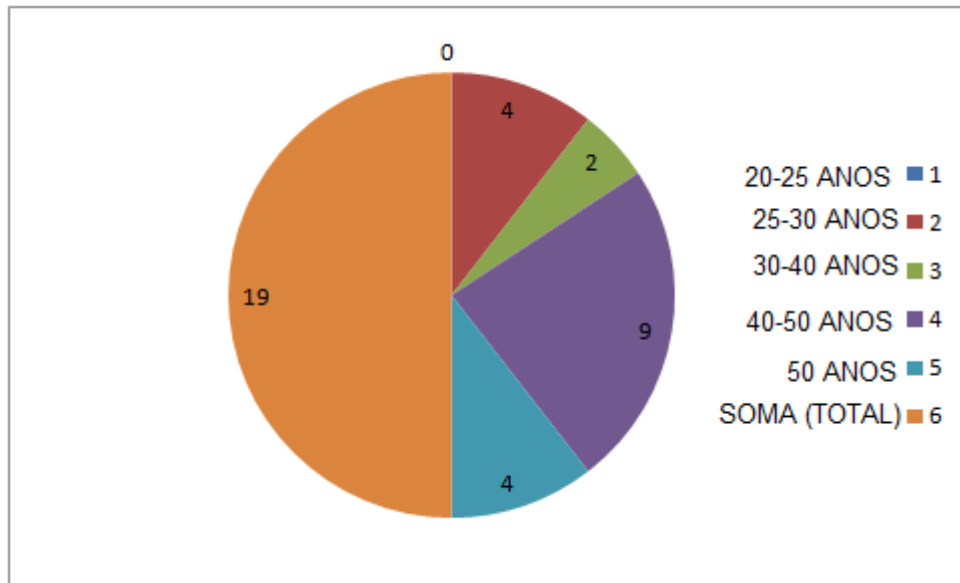
Segue abaixo, o quadro das participantes:

**QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DAS EDUCADORAS**

1	NOME FÍCTICIO	Formação Acadêmica	Gênero	Tempo de atuação na área	Religião	Idade
2	Esmeralda	Pedagogia	Feminino	Não constatou	Católica	25 a 30 anos
3	Jade	Pedagogia e Artes Visuais	Feminino	10 anos	Católica	25 a 30 anos
4	Ônix	Pedagogia	Feminino	7 anos	Católica	25 a 30 anos
5	Opala	Pedagogia	Feminino	8 anos	Evangélica	25 a 30 anos
6	Rubi	Pedagogia	Feminino	13 anos	Católica	30 a 40 anos
7	Turquesa	Pedagogia	Feminino	16 anos	Católica	30 a 40 anos
8	Safira	Pedagogia	Feminino	13 anos	Católica	40 a 50 anos
9	Pérola	Magistério, Ciências com habilitação matemática	Feminino	14 anos	Católica	40 a 50 anos
10	Ametista	Pedagogia	Feminino	15 anos	Católica	40 a 50 anos
11	Diamante	Pedagogia	Feminino	18 anos	Evangélica	40 a 50 anos
12	Cristal	Pedagogia	Feminino	20 anos	Católica	40 a 50 anos
13	Ambar	Ciências Biológicas	Feminino	27 anos	Evangélica	40 a 50 anos
14	Aventurina	Pedagogia	Feminino	32 anos	Católica	40 a 50 anos
15	Cornalina	Pedagogia	Feminino	5 anos	Católica	40 a 50 anos
16	Crisocola	Pedagogia	Feminino	12 anos	Católica	50 a mais
17	Espinela	Pedagogia	Feminino	14 anos	Católica	50 a mais
18	Turmalina	Letras	Feminino	23 anos	Católica	50 a mais
19	Tanzanite	Pedagogia	Feminino	25 anos	Não constatou	

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

A maioria destas mulheres tem a idade entre quarenta a cinquenta anos, pertencendo à religião Católica, e mais de dez anos de atuação na área da Educação. Ressaltamos que todos os nomes usados das participantes da pesquisa são fictícios, para preservar a identidade das mesmas, porém a sua formação acadêmica, gênero, tempo de atuação e idade são informações fidedignas.

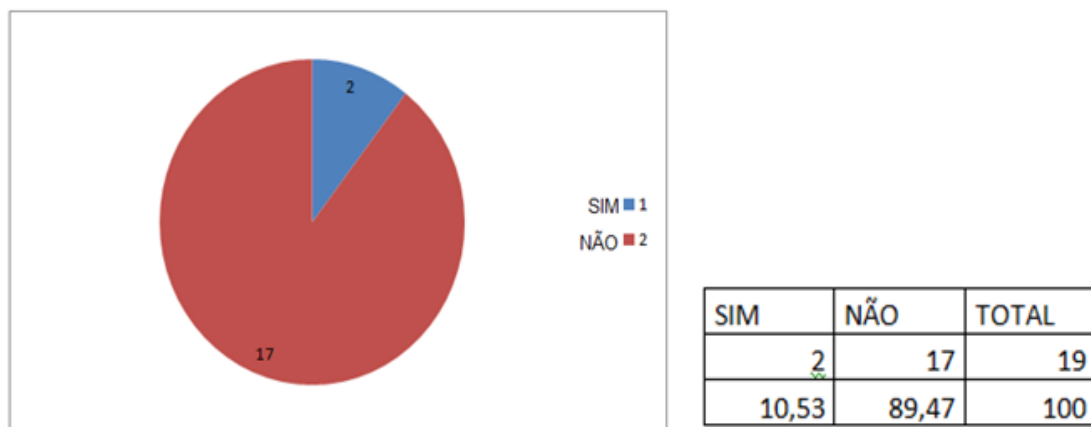
**GRÁFICO 1:** Idade das participantes

Fonte: Elaborada pela autora.

Das dezenove mulheres participantes apenas uma das participantes tem a idade entre vinte e vinte cinco anos, duas delas tem a idade entre vinte e cinco e trinta anos, três delas apresentam a idade entre trinta a quarenta anos, quatro voluntárias apresentam idades entre quarenta e cinquenta anos e cinco delas apresentam idades entre cinquenta ou mais.

**GRÁFICO 2:** Educação Sexual: família ou escola?

1) Você acredita que a família é a única responsável pela Educação Sexual da criança? Sim ou Não? Por quê?



Fonte: Elaborada pela autora.

A questão acima apresenta os dados das respostas das profissionais. Os motivos pelas quais 89,47% das repostas das pessoas interrogadas disseram não, são pelo fato de que a família não é a única fonte de informação, a criança recebe essas noções de sexualidade pela mídia e outros lugares. De acordo com Maio (2011, p. 179), o receio em que os pais/mães, professores/as têm ao lidar com assuntos relacionados à temática sexual

[...] com mais de 20 anos de trabalho em escolas, foi possível perceber que alguns pais e mães, bem como professores e professoras demonstram insegurança, medo dificuldade, e até reprimem o/a aluno/a ao tratar de assuntos relacionados à esfera sexual.

Diante disto, destacamos duas respostas, a primeira condiz: "Porque a mídia em geral explicita muito esse tema. A escola poderia contribuir, **porém muitos dos professores não se acham habilitados para tratar sobre o tema**", Cristal (pedagoga). A segunda: "Porque hoje a criança vive em um mundo onde há muitas influências de amigos, meios de comunicação... **cabe à família desde cedo ir orientando**, mas cabe à **escola dar a formação de acordo com a necessidade que for surgindo principalmente em séries iniciais (grifo nosso)**", (Crisocola - pedagoga).

Os grifos destacados acima revelam que aspectos da sexualidade se manifestam antes mesmo das séries iniciais, conforme Silvares (2002) citado por Rodrigues e Wechsler (2014) apresenta, e em determinadas conduta começam a ser vistos em crianças com a faixa etária entre 3 a 5 anos, como:

[...] tirar roupa em público, brincadeiras sexuais com amigos de sala, masturbar-se por prazer, uso de termos vulgares mesmo sabendo os nomes corretos das partes do corpo e introduzir objetos nas aberturas do corpo. No entanto, para que a Orientação Sexual aconteça no ambiente escolar, é indispensável que os valores, dúvidas e questionamentos possam ser expressos por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir informações. Dessa forma, a criança conseguirá modificar e reafirmar pontos de vistas e princípios estabelecendo de modo significativo seu próprio código de valores (BRASIL, 2000, s.p).

Em concordância com Muller (2013), a família necessita ter um lar protegido para a criança, para que ela possa recorrer assim que precisar, esta instituição



deveria dar os principais fundamentos sobre a sexualidade, sanando as dúvidas de seus/suas filhos/as em qualquer faixa etária, pois a sexualidade se manifesta em todas as fases do desenvolvimento humano. A escola teria o objetivo de transpassar informações acadêmicas e explicar concepções advindas por meio de sua cultura, estas são de caráter não-científico, o ambiente escolar transporia os conhecimentos de cunho científico.

Em contrapartida 10,53% das profissionais pesquisadas da Educação disseram sim, pelo fato de que é dever da família ensinar a Educação Sexual. Destacamos duas respostas, a primeira: "A família é o berço da educação em todos os sentidos como, valores, conceitos. A escola pode ajudar, mas o tema teria que estar no currículo escolar e a escola deve estar preparada" (Turmalina - diretora). A segunda resposta: "A família tem seus valores, conceitos, que na escola dependendo da forma trabalhada e do ponto de vista de outrem, diferem", (Ambar - professora).

Ao refletirmos sobre esses dados, encontramos certo receio e dificuldade destas profissionais de lidarem com a sexualidade. Para Maio (2011), a escola não tem a função de substituir o papel da família, mas sim de contribuir com profissionais capacitados/as. Dessa feita, trabalhar questões sobre sexualidade, na educação, é uma ponte de prevenção para a violência sexual, desde que haja professores/as capacitados/as para dialogar sobre o assunto.

O artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) preconiza que

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Deste modo, nós somos responsáveis em assegurar às crianças e aos adolescentes proteção absoluta. É importante estar sempre alerta aos sinais diferentes de comportamento que estes/as apresentam, pois podem ser sinais de violência física e psicológica.

Na Cartilha de Itapetininga, *Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes* do Governo de São Paulo (2007) contém a advertência de que a alteração brusca de comportamento pode indicar se uma criança ou adolescente está sofrendo alguma situação de violência. Marcas físicas

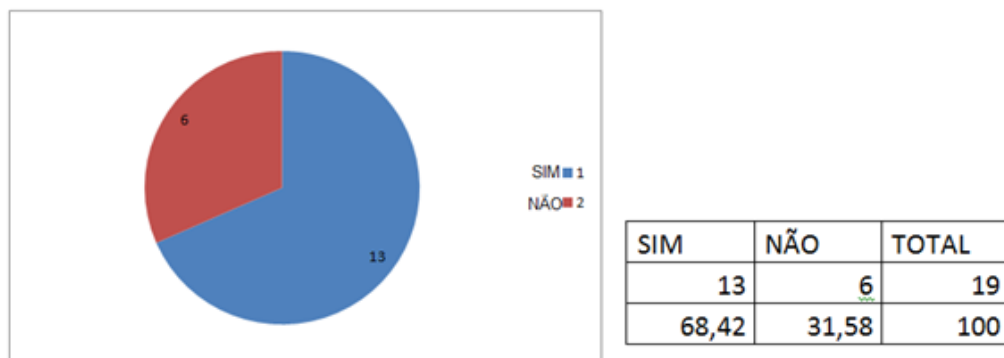
são mais fáceis de detectar do que os sinais emocionais. Um caso isolado de comportamento atípico pode não ter significado, todavia é necessário ficar muito atento/a. A família, a escola e a comunidade têm um papel muito importante na observação dessas alterações, listadas<sup>6</sup> a seguir:

INDICADORES COMPORTAMENTAIS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE	INDICADORES FÍSICOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduta sedutora.</li> <li>• Relatos de agressões sexuais.</li> <li>• Dificuldade em adaptar-se à escola.</li> <li>• Aversão ao contato físico.</li> <li>• Comportamento incompatível com a idade (regressões).</li> <li>• Envolvimento com drogas.</li> <li>• Auto-flagelação, culpabilização.</li> <li>• Fuga de casa.</li> <li>• Depressão crônica.</li> <li>• Tentativa de suicídio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança brusca de comportamento e humor (não querer comer, comer demais, apatia, agressividade).</li> <li>• Sono perturbado, pesadelos freqüentes, suores, agitação noturna.</li> <li>• Masturbação visível e continuada.</li> <li>• Timidez em excesso.</li> <li>• Tristeza ou choro sem razão aparente.</li> <li>• Medo de ficar sozinho(a) com alguém ou em algum lugar.</li> <li>• Baixa auto-estima, estado de alerta constante, dificuldades de concentração, fuga da realidade.</li> <li>• Interesse precoce por brincadeiras sexuais e/ou erotizadas.</li> <li>• Roupas rasgadas ou com manchas de sangue.</li> <li>• Hemorragia vaginal ou retal.</li> <li>• Secreção vaginal ou peniana.</li> <li>• Infecção urinária.</li> <li>• Dificuldade para caminhar.</li> <li>• Gravidez precoce.</li> <li>• Queixas constantes de gastrite e dor pélvica.</li> <li>• Hematomas, edemas e escoriações na região genital e mamária.</li> <li>• Infecções/doenças Sexualmente transmissíveis.</li> </ul>

Fonte: *Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes* do Governo de São Paulo (2007).

### GRÁFICO 3: A abordagem da educação sexual infantil na sala de aula.

2) O tema sexualidade na Educação Infantil está presente nesta instituição? Sim ou não? Por quê?



<sup>6</sup> Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes. **Projeto Criança pede proteção.** Itapetininga - São Paulo, junho/2007. Disponível em: <[http://www.itapetininga.sp.gov.br/social/cartilha\\_forum.pdf](http://www.itapetininga.sp.gov.br/social/cartilha_forum.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

Fonte: Elaborada pela autora.

As profissionais da Educação, que correspondem a 31,58%, disseram que não é trabalhada na instituição e não revelaram o motivo. Cerca de 68,42% disseram que sim. Diante dessas respostas apresentamos 3 que destacamos. A primeira relata que: "Somente quando surge algum **problema** relacionando à Educação Sexual. E não tem como tema presente na lista de conteúdo a ser trabalhado durante o ano letivo", (Jade- diretora, grifos nossos). A segunda resposta: "Está presente na escrita do nome, **enfatizando masculino e feminino**, pintura de desenhos de menino e menina e trabalhinhos manuais para desenvolver a coordenação motora com massinha, a professora sugere fazer um de menina ou um menino", (Turmalina - diretora, grifos nossos). A última resposta destacada é: "Na escrita do nome; como utilizar o banheiro; colorindo menino e menina e brinquedos de menino e menina", (Safira - professora).

A primeira frase destacada evidencia que o tema sexualidade é somente trabalhado quando surge algum **problema**, mas se tentarmos prevenir antes de '**surgir este problema**' talvez não existisse. A maneira que acreditamos em prevenir-lo seria a inclusão de trabalhar a temática sexualidade no âmbito educacional, mais precisamente, na Educação Infantil. Enfocamos neste nível, porque conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) essa educação auxiliará no aprimoramento das crianças a melhorar a capacidade de assimilação, sendo assim, desenvolvendo as suas potencialidades físicas e emocionais, favorecendo o seu crescimento intelectual e cognitivo, possibilitando uma criança saudável, física e psiquicamente.

Acreditamos que as seis profissionais que não revelaram o motivo de não trabalhar a sexualidade na Educação Infantil, seja por causa da falta de conhecimento ou receio na definição do termo sexualidade. As respostas que selecionamos da Jade (diretora) e Turmalina (diretora) nos mostram que o conhecimento sobre esse tema é pouco, pois a sexualidade é um assunto bem amplo, exige que seja além da diferença dos gêneros masculino e o feminino.

Weeks (2010) compreende a sexualidade como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que toleram ambos os gêneros a desfrutar seus prazeres corporais e desejos.

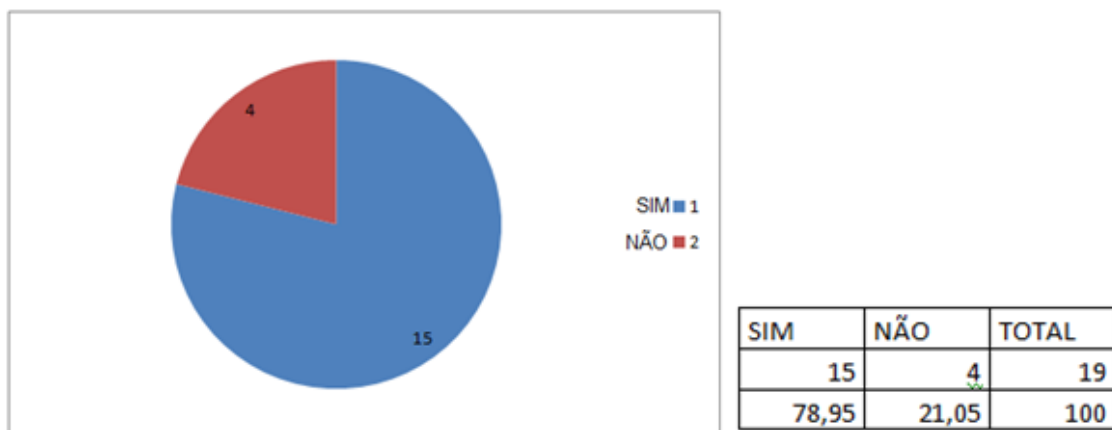
Aquino e Martelli (2012) afirmam que as manifestações da sexualidade infantil ocorrem em diferentes espaços sociais e nas mais variadas situações. Ainda conforme as autoras, as crianças lidam com sensações prazerosas durante as trocas da fralda, nos toques na hora do banho, assim como vive a curiosidade do beijo, do carinho, do abraço, as várias descobertas do seu corpo e do/a outro/a. A criança, aos poucos, entende as diferenças entre ela e a outra, que são diferentes entre si.

Camargo e Ribeiro (1999) asseguram que não é fácil falar sobre sexualidade com as crianças, visto que o tema carrega em si preconceitos e tabus pelos/as profissionais da educação. Dessa maneira, a escola e a família acabam evitando a temática, ou tratam-na de maneira inadequada com as novas gerações.

A educação sexual necessita ser inserida nas escolas de Educação Infantil aos/às educadores/as preparados/as para desempenhar a função de, por exemplo, sanar as dúvidas dos/as alunos/as em relação a questões de sexualidade. Acreditamos que a família é o primeiro banco de informações que a criança tem, a escola deveria complementar ou desfazer concepções já aprendidas com a família ou em outros lugares/pessoas.

#### GRÁFICO 4: Educação sexual infantil: receio ao trabalhar a sexualidade?

3) Existe algum receio ao abordar sexualidade com as crianças?



Fonte: Elaborada pela autora.

Quatro profissionais da educação revelaram que não existe nenhum receio ao abordar essa temática. A primeira alega que: "O assunto é amplo e cada professor

sabe como explorar da melhor maneira possível", Turmalina (diretora)". A segunda relata que: "Deve ser tratado o assunto de forma natural", Rubi (pedagoga). As outras não explicaram o motivo de marcar a alternativa.

Em contraponto, enfatizamos três respostas das 78,95% que disseram que existe receio. A primeira delas é: "Por ser um assunto delicado, as professoras não se sentem à vontade para falar do assunto. Neste caso, a professora do 5º ano **chama as psicólogas** que atendem o município para dar orientações sexuais", Opala (professora). A segunda é: "Os professores em geral não se consideram capacitados para responder aos questionamentos dos alunos e para resolver situações corriqueiras. **Acredito que os tabus e preconceitos advindos de nossa educação façam com que tenhamos tanta dificuldade** (grifos nossos)", (Espinela - diretora). E a terceira: "Porque **alguns pais demonstram certo receio em relação ao tema** (grifos nossos) alegando que as crianças são muito novas para falar sobre o assunto", (Diamante- pedagoga).

O primeiro comentário grifado da professora Opala, nos remete à impressão de que tratar a sexualidade infantil não é de responsabilidade dos/as educadores/as, pois esta temática é trabalhada apenas com as psicólogas e ainda nos 5º anos. Mas nos questionamos sobre se houvesse uma formação adequada e contínua dos/as professores/as sobre a Educação Sexual e isto fosse transmitido como conteúdo da sala de aula, nos Ensinos de Educação Infantil, não seria uma prevenção contra a violência? Portanto, se fosse inserida essa temática no âmbito educacional, talvez não fosse preciso passar todas as responsabilidades para os/as psicólogos/as. Frisa-se que não estamos afirmando que é desnecessário os trabalhos dos/das profissionais competentes, apenas eles/elas poderiam complementar os conhecimentos acerca da sexualidade com as crianças.

Ao analisarmos as respostas dos questionários, em destaque ao segundo e terceiro grifo da diretora Espinela, percebemos que não é fácil discutir o assunto da sexualidade, e ainda mais, com a sexualidade das crianças de Educação Infantil, consideramos que os cursos de formação docente, tanto inicial quanto continuada, muitas vezes não preparam os/as profissionais da educação para lidar com as questões relativas à temática.

Em concordância com Schindhelm (2011, p. 14),

[...] acreditamos que o diálogo é essencial para este processo, os/as especialistas na área de sexologia e os/as educadores/as, acerca da sexualidade infantil, seria promissores para uma gradativa desconstrução de padrões tradicionais e preconceituosos relativos a esta temática

Destarte, o diálogo é promissor para o desenvolvimento do conhecimento acerca da temática, tendo em vista que se possibilita uma mudança da visão cultural dos pais/mães, professores/as e responsáveis dos modelos clássicos, tabus e preconceitos sobre a sexualidade.

Consoante afirma Braga (2009, p. 133),

[...] além da própria experiência pessoal, os(as) educadores(as) precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio [...]. Necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional.

Asseveram Rodrigues e Wechsler (2014) que o modo como a educação sexual é abordada pelos pais/mães, familiares e profissionais da educação interfere nas atitudes das crianças em relação à sua sexualidade. Os/as pais/mães/responsáveis devem trabalhar o conceito amplo, enquanto as escolas necessitam abordar de forma científica, com caráter social e de convivência entre ambos os gêneros. Deste modo, os/as pais/mães/responsáveis juntamente com a instituição escolar deveriam trabalhar juntos/as, para auxiliar o enfrentamento das suas dúvidas e para prevenir a violência sexual infantil.

Nesta perspectiva, Camargo e Mariguela (2007) sancionam a necessidade de que profissionais da educação sejam capacitados/as para lidar com educação sexual, reconhecendo que na sala de aula temos múltiplos conceitos, contextos e experiências que acontecem no cotidiano de cada aluno/a, acontecimentos que não estão nos currículos escolares.

Explicamos que a sexualidade é muito suscetível à concepção dos tabus e pré-conceitos, conforme Nicolau (2009) apresenta, visto que a mesma lida com diferenças sutis da percepção dos sujeitos, os quais pode-se dizer são as raízes dos impulsos, de aspirações analisados como proibidos.

Em sentido amplo, para Silva (2009, p. 8), pode-se definir tabu como

[...] qualquer assunto ou comportamento inaceitável ou proibido em uma determinada sociedade. Referente a esta pesquisa, associamos o termo tabu às dificuldades encontradas pelas educadoras, sujeitos desta

pesquisa, em tratar de assuntos relacionados à sexualidade em sua prática docente.

Enquanto a palavra pré-conceito para Dicionário Brasileiro Globo (1996 apud NICOLAU, 2009, p.3)

[...] significa “conceito antecipado e sem fundamento razoável; opinião formada sem ponderação; superstição; convencionalismo”. E, a partir de tal conceito o que se pode perceber é que os pré-conceitos sejam conceitos antecipados e, na maioria das vezes, sobre uma visão deturpada da realidade, os quais possuem um grande poder de destruição para a formação tanto intelectual quanto social do indivíduo em formação e principalmente sobre aspectos relacionados com a sexualidade humana, área a qual estão ainda mais vinculados.

Em síntese, tabu significa qualquer modo de pensar ou agir considerados proibidos perante a sociedade. E pré-conceito denota uma concepção ou opinião já formada acerca de qualquer assunto, são considerados conceitos antecipados advindo da cultura pessoal ou vivências de cada indivíduo.

É importante salientar que a escola é essencial para compreender a sexualidade, deste modo, Oliveira (2007, p. 13) relata que

[...] a escola traz os conhecimentos que nos ajudam a entender e enfrentar os desafios da vida tem um papel fundamental no desenvolvimento da sexualidade dos/as jovens. Na escola estudar sexualidade significa acabar com tabus e crendices, garantir maior igualdade nas relações entre mulheres e homens melhorando significativamente a qualidade de vida.

Portanto, estudar a sexualidade como conteúdo científico no ambiente educacional faz com que os tabus e preconceitos advindos da cultura dos conhecimentos adquiridos com a família ou a sociedade se acabem.

#### 4) Como é trabalhada esta temática nas salas de aula desta instituição?

Apenas duas instituições de Educação Infantil revelam que não é trabalhada esta temática (sexualidade) e não revelaram o motivo. A maioria das que trabalham a sexualidade é apresentada às crianças no 5º ano. Expomos duas respostas que julgamos importante, a primeira é: "O tema Educação Sexual não é trabalhado de forma sistemática. **Somente abordamos a questão quando surge algum problema isolado** (grifos nossos) daí buscamos resolver e trabalhar o tema com orientação das psicólogas da educação", (Jade - diretora). A segunda: "É trabalhada

com alunos do 5º ano, por meio de palestras com **psicólogas do município e autorização dos pais por escrito** (grifos nossos)", (Cristal - pedagoga).

Nunes (2012) debate que a educação sexual nas instituições apresenta desafios por parte dos/as profissionais da educação, observando-se que alguns/mas educadores/as não debatem sobre o assunto com seus/suas alunos/as. Entretanto, existem educadores/as que conseguem apresentar e articular sobre o tema, e percebem a importância para o desenvolvimento das crianças (BRASIL, 2000). Portanto, percebemos nas respostas que as educadoras não debatem esse assunto com os/as alunos/as no ambiente escolar, e deixam para outro/a profissional que julgam ser capacitado/a para lidar com o assunto, no caso em tela, as psicólogas contratadas pela Rede Municipal de Educação.

A resposta da diretora Jade, revela que é somente abordado o tema sexualidade quando surge um **problema** isolado. Consideramos que para ela, a sexualidade ainda é um tabu, posto que se soubesse lidar nas salas de aula com medidas preventivas e outros artifícios contra a violência sexual infantil não teria surgido como ela considerado sendo um "**problema** isolado".

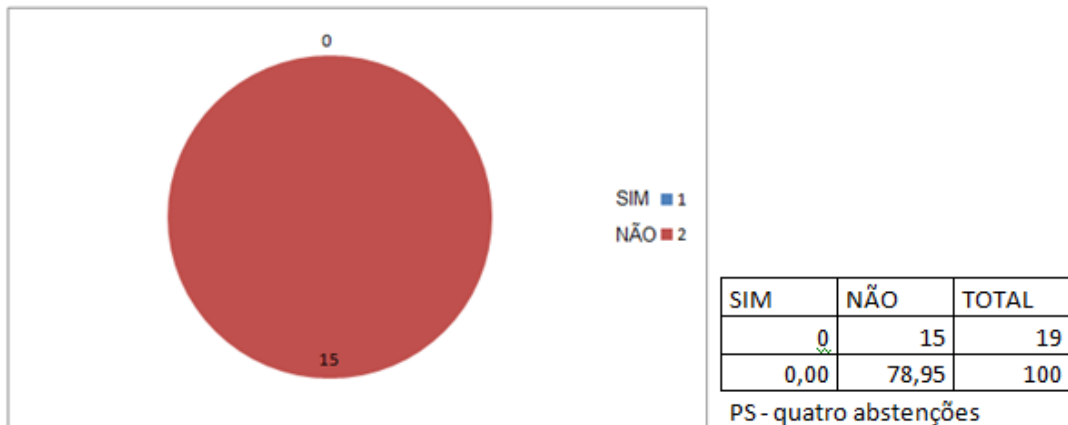
Salientamos ainda que, em concordância com Maia *et al.* (2006), muitos/as educadores/as possuem dificuldades em orientar seus/suas alunos/as podendo ser: por razões pessoais, falta de informações específicas voltadas na área da sexualidade e até mesmo por falta de orientação e de recursos metodológicos que os/as ajudem a realizar uma educação sexual adequada.

Nesse sentido, a formação destes/as profissionais ao se trabalhar com a temática é de suma relevância para que se possa vencer a passagem de conceitos pessoais, preconceitos ou ideias inadequadas. Para os/as autores/as, Maia *et al.* (2006) deve-se reconhecer a importância de se debater o assunto abertamente e livremente dentro das instituições escolares e afirmar que os/as professores/as necessitam de uma formação sólida e continuada, como cursos de extensão, palestras, para que se possa lidar com a sexualidade. Dessa forma, o diálogo permitirá às crianças obterem informações adequadas a respeito das questões que se referem ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca no indivíduo (NUNES, 2012). É indispensável que os/as profissionais da educação tenham acesso a uma formação específica para tratar de sexualidade com os/as alunos/as na instituição permitindo a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema (BRASIL, 1998).



**GRÁFICO 5:** Plano Municipal de Educação: Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2015

5) Conhece se há alguma Lei Municipal para que se trabalhe essa temática nas escolas?



Fonte: Elaborada pela autora.

Todas as participantes não conhecem nenhuma Lei Municipal que trate do ensino da sexualidade nas escolas. Para tanto, a Câmara Municipal de Marialva-PR, aprova em seu Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2015, o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da sua publicação, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal e da disposição do art. 8º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e dá outras providências.

**Art. 2º - São diretrizes do PME:**

- I. Erradicação do analfabetismo;
- II. Universalização do atendimento escolar;
- III. **Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de sexo e de orientação sexual;** (grifo nosso).
- IV. Melhoria da qualidade da educação;
- V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX. Valorização dos/as profissionais da educação;
- X. **Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.** (Grifo nosso).

Contudo, no dia 25 de junho de 2015, o presidente do Senado Federal, Jeferson Garbúgio, orientou o Vereador Sebastião Rosa - Partido da República (PR 22), para que não seja incluída qualquer menção à 'Ideologia de Gênero/Orientação Sexual' e seus sinônimos, sendo por esse motivo, recusada nas diretrizes da Educação Nacional. Na imagem a seguir, mostraremos o Ofício nº358/2015 e a fonte desta informação:

**IMAGEM 1: Câmara Municipal de Marialva.**



7

A Lei que foi aprovada não mencionava nada em relação ao Gênero e Orientação Sexual, por este motivo, foi vetada no Município de Marialva-PR no mesmo ano. O documento que explica a Ordem do Dia - 22/06/2015, considera que o Ministério da Educação (MEC), utilizando documento elaborado pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), em flagrante desrespeito ao que foi decidido pelo Congresso Nacional, tem enviado, a Estados e Municípios, material de orientação sobre como devem ser redigidos os seus Planos de Educação, induzindo à

7

SENADO.

Disponível

em:&lt;

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=178199&tp=1>.

Acesso

em:

01/10/2015.

aceitação da supracitada ‘Ideologia do Gênero’: As descrições deste documento são:

[...] vimos por estas razões informar para que adote as providências necessárias, para que não seja incluída qualquer menção aos termos “Gênero” e “Orientação Sexual” na lei que vier a estabelecer o Plano Municipal de Educação, bem como nas suas Metas (CÂMARA MUNICIPAL DE MARIALVA – Ordem do dia: 22/06/2015).

Essa atitude da não aplicação da Lei nos revela que ainda existem preconceitos estabelecidos na sociedade em relação à educação sexual no âmbito escolar. As diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) afirmam que é preciso superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual, e também, devem-se respeitar os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade. Acreditamos que a Lei poderia ser efetiva e que as escolas, juntamente com a família, possam contribuir neste processo de desenvolvimento da criança.

Conforme uma entrevista realizada pela Empresa Brasil de Comunicação *Online* sobre as questões de gênero cujo título da matéria disponibilizada online é Entenda a polêmica sobre a discussão de gênero nos planos de educação, Sylvia Cavasin (2015, p. 1), coordenadora da organização não governamental, sem fins lucrativos: Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS) relata que,

[...] não podemos esquecer que a questão de gênero vai para além da discussão sobre sexualidade. É preciso desconstruir o discurso retrógrado e alienante sobre a denominada ‘ideologia de gênero’. É preciso deixar claro que essa é uma invenção que vai contra as conquistas civilizatórias da sociedade brasileira. É preciso dialogar sobre isso, dentro e fora de escola, em todas as oportunidades e reuniões, nas famílias, na comunidade e na escola.

Salientamos que é importante explicar que em concordância com a Revista Educar para Crescer *Online* (2014) que a igualdade de gêneros é considerada uma das bases para construir uma sociedade com menos preconceito e discriminação.

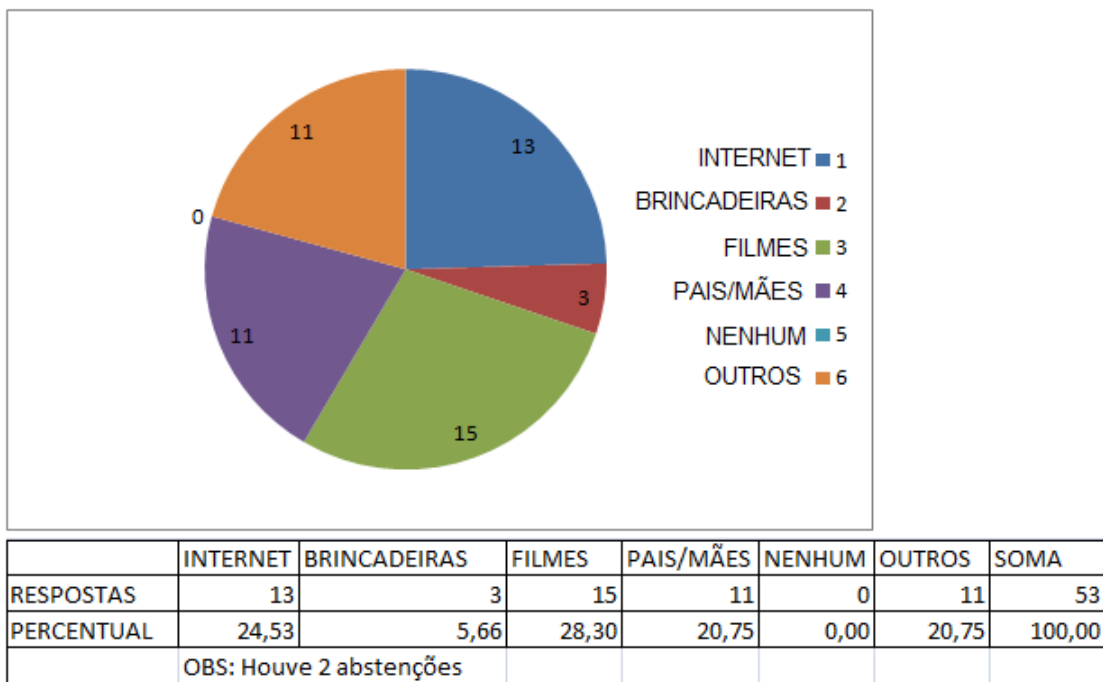
A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, por meio de Menicucci (2014, s.p) publica nesta Revista *Online* que

A igualdade de gêneros é fundamental para as sociedades democráticas e igualitárias. Muita coisa mudou desde a década de 1970, quando as mulheres entraram massivamente para o mercado de trabalho, mas ainda existem muitas disparidades. Por exemplo, as estatísticas nos mostram que as mulheres ainda têm salários menores que os dos homens e ganham 70% do que eles ganham, em média.

Sob estas concepções das terminologias de igualdade de gênero e orientação sexual, entendemos que não devemos deixar a responsabilidade somente na família para explicar esses termos. Cabem também às políticas públicas que deveriam estar inseridas no Plano Municipal de Educação como diretrizes. Por conseguinte, tendo por base os pontos de vistas do supracitado Vereador e do presidente do Senado, Jefferson Garbúggio, concluímos que pode advir de tabus e preconceitos (CÂMARA MUNICIPAL DE MARIALVA – Ordem do dia: 22/06/2015).

6) Entre estes temas, quais acreditam que influenciam a sexualidade da criança?

**GRÁFICO 6:** Temas que influenciam a sexualidade da criança.



Fonte: Elaborada pela autora.

Todas as participantes poderiam marcar mais de uma resposta especificamente nesta pergunta, pois acreditamos que para essa pergunta não apenas uma opção se restringiria às outras. Um percentual de 24,53% das participantes acredita que a *internet* interfere na sexualidade da criança. Cerca de 5,6% explica que são as brincadeiras, 28,30% são os filmes; 20,75% crê que os

pais/mães influenciam o assunto e 20,75% acha que os outros meios abordam a temática.

A mídia tem desempenhado um papel importante na vida cotidiana das pessoas. Conforme Medrado (1999, p. 245),

[...] ela confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, informações e descobertas, levando a uma reconfiguração das fronteiras entre o espaço público e o privado, reduzindo barreiras espaciais e temporais e permitindo comunicações para além da interação face-a-face.

Os recursos midiáticos têm um poderoso efeito nas vidas das pessoas para a construção da identidade pessoal. Neste sentido, podemos afirmar que a mídia, "[...] especialmente a televisiva, pode ser considerada como um espaço educativo, uma vez que produz conhecimentos a respeito da vida, do mundo que nos cerca, de como devemos ser ou nos comportar", do que devemos gostar (FELIPE, 2006, p. 4). Em contraponto à autora, consideramos que não mais a mídia televisiva, mas a *internet* nos dias atuais está cada vez mais frequente na realidade na criança, e ela pode ser considerada um espaço de grande interpelar na vida infantil. Não podemos considerar que esta ferramenta está presente em todas as crianças, mas na maioria delas.

Conforme Felipe (2006) a velocidade com que aparecem novas tecnologias têm permitido o aparecimento de outras instituições culturais que, de um modo ou de outro, acabam por educar e ajudar na consolidação de identidades de meninos e meninas, jovens e adultos/as. Neste sentido, a mídia se tornou, nas últimas décadas, uma poderosa instância de produção do conhecimento.

7) Você já presenciou casos de violência sexual nesta instituição? Se sim, quais atitudes foram tomadas?

Ao avaliarmos os dezenove questionários aplicados, percebemos que doze instituições de Educação Infantil relatam que não presenciaram casos de violência sexual. Apenas em uma instituição foi detectado caso de violência, a equipe pedagógica da escola encaminhou para as autoridades competentes. No próximo parágrafo, selecionamos os excertos das participantes da escola que revelaram a violência infantil:

Ametista (professora): “Apenas suspeitas, mas nada confirmado. Informamos aos órgãos competentes (psicólogas municipais, Conselho Tutelar e Ministério Público), mas não nos foram comunicadas as medidas que foram tomadas”. Jade (diretora): “Casos confirmados não, apenas suspeitas que foram comunicadas para as psicólogas da educação (Conselho Tutelar, Ministério Público), porém não nos foi dada nenhuma resposta, pois a criança foi transferida para o ensino fundamental”. Aventurina (Pedagoga): “Sim. Foi à própria família que levou ao Conselho. Quanto à escola, ficamos sabendo depois”.

Diante destas respostas, reafirmamos o nosso posicionamento de que o/a professor/a deveria ser capacitado/a para lidar com essas situações de violência sexual infantil, posto que, como ensina Rodrigues (2002), fechar os olhos para esses casos é perpetuar o mesmo *status quo*. As chances de mudar e superar a situação são bem pequenos quando todos/as não dialogam este assunto. As educadoras afirmaram que havia suspeita de violência e que acionaram os órgãos competentes, todavia não investigaram o fato da confirmação do mesmo. Ressaltamos que, a omissão da denúncia de suspeita de violência é crime pela ECA - Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990:

Art. 98 As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta (BRASIL, 1990, art. 98).

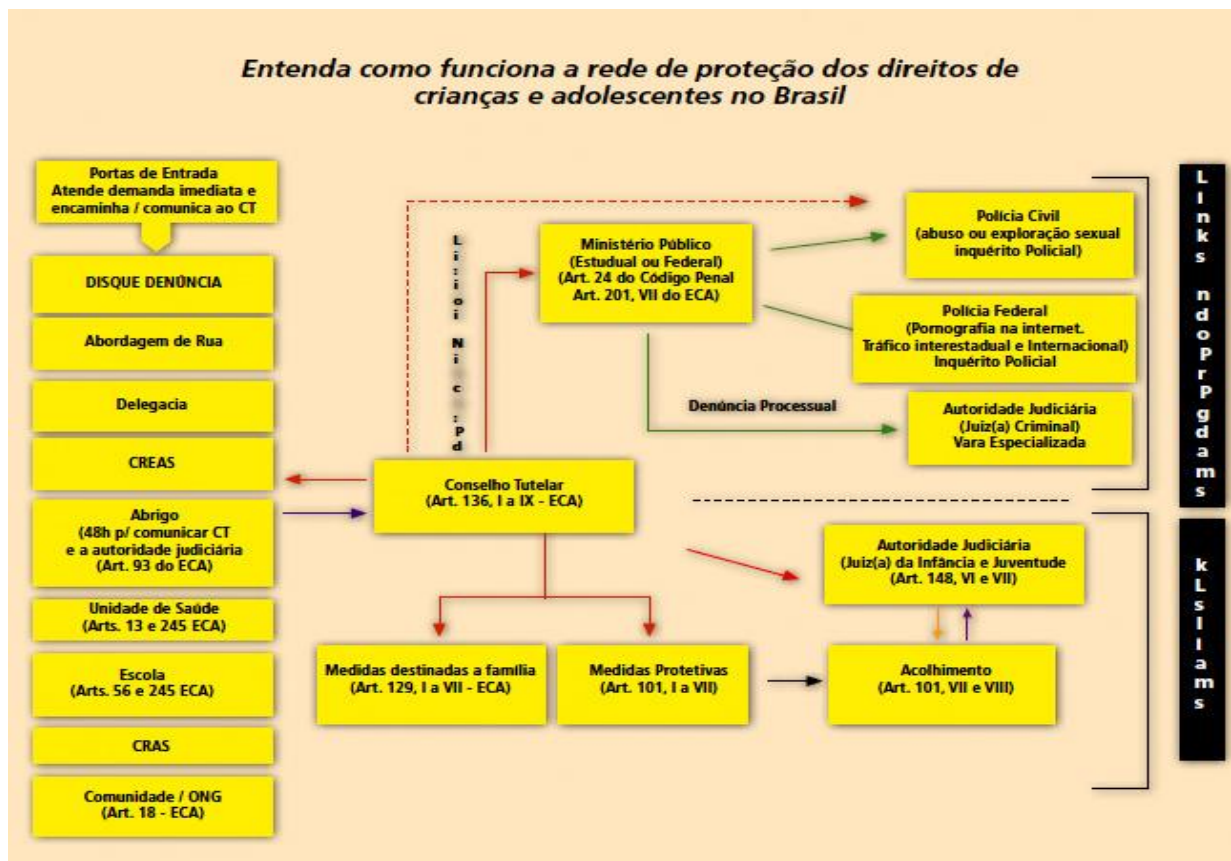
Pelas análises das respostas restam-nos concluir que as educadoras não recebem orientações sobre sexualidade infantil e não sabem identificar os sinais de violência sexual infantil por falta de conhecimento sobre o assunto ou por terem tabus e preconceitos estabelecidos (SANTOS *et. al.*, 2009)

Para Balbinotti (2008), a comunicação da violência sexual infantil desencadeia uma série de providências, de várias áreas profissionais e por diferentes órgãos: Conselho Tutelar, Ministério Público, Rede de Saúde Assistencial, Delegacia de Polícia, Juízo Criminal.

A cartilha *Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Cartilha Educativa* realizada pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (CARVALHO *et*

al., 2000) apresenta um 'mapa' de como funciona a rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

IMAGEM 2: Como funciona a rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil?



Fonte: Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa, 2000, p. 15.

A rede de proteção dos direitos das crianças e dos/as adolescentes no Brasil inicia-se pela investigação dos/as responsáveis, após a confirmação será encaminhando o caso para o Conselho Tutelar Municipal da cidade correspondência a localidade da ocorrência (Órgão não-jurisdicional), se não houver este órgão, deverá informar à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e à Vara da Infância e da Juventude (SANTANA, 2014). Caso seja confirmada a violência infantil, o Conselho Tutelar enviará a criança para uma rede de acolhimento ou para Autoridade Judiciária. Este conselho poderá acionar o Ministério Público em casos graves e em seguida, conduzirá conforme a imagem

mostrada acima, para a Polícia Civil ou Federal ou Autoridade Judiciária. Existem outros meios de avisar o Conselho Tutelar, a saber: Disque Denúncia (181); Delegacia; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Abrigo; Unidade de Saúde; Escola; Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Escola. Conforme já afirmamos, todos/as nós somos responsáveis em garantir a proteção absoluta para as crianças, é imprescindível conhecer os seus direitos.

Em seguida, explica as Leis do Brasil punitivas à violência infantil.

Imagem 3: O que diz a Lei sobre a violência sexual – Parte I.

**Traduzindo a violência sexual: O que diz a LEI**

O Brasil possui leis que punem com rigor quem comete violência sexual contra crianças e adolescentes. O Código Penal prevê penas nas seguintes situações:

**Estupro**  
 Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos.  
 § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 a 12 anos.  
 § 2º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 a 30 anos.

**Violação sexual mediante fraude**  
 Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.  
 Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

**Assédio sexual**  
 Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.  
 Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.  
 § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

**Crimes sexuais contra vulnerável:**

**Corrupção de menores**  
 Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

**Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente**  
 Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos."

**Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**  
 Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.  
 § 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.  
 § 2º Incorre nas mesmas penas:  
 I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;

Fonte: Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa, 2000, p. 16.



#### Imagem 4: O que diz a Lei sobre a violência sexual. Parte II.

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.  
 § 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

##### **Lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual Mediação para servir a lascívia de outrem**

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

##### **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual**

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

##### **Casa de prostituição**

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

##### **Rufianismo**

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerce: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

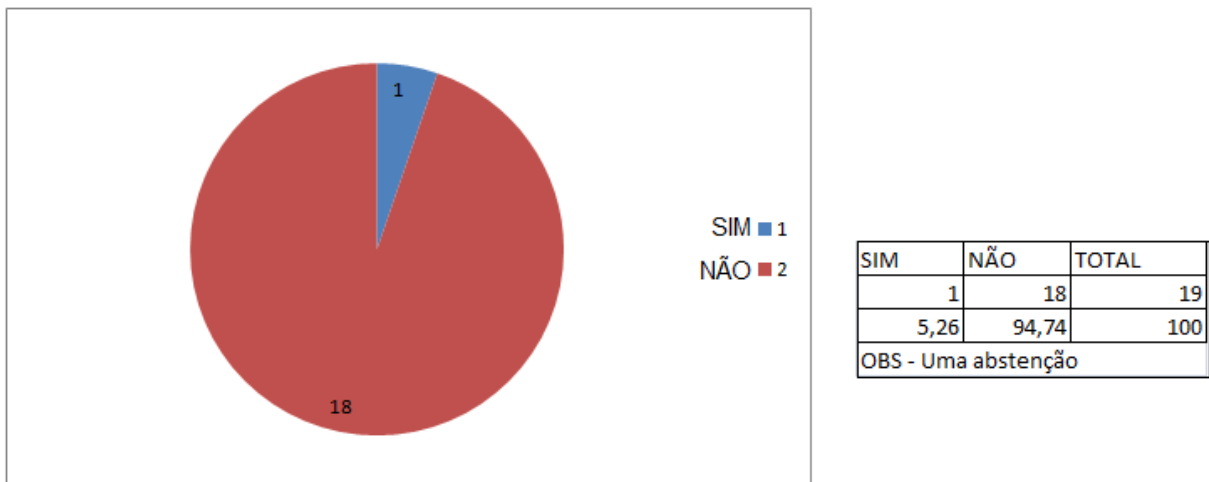
§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

Fonte: Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa, 2000, p. 17.

As imagens nos mostram que é fundamental a relevância de conhecer as redes de proteção às crianças vítimas de violência e abuso sexual, tendo em vista que todos/todas nós fazemos parte da educação das crianças e é preciso conhecer a legislação pátria para garantir os seus direitos como, por exemplo, a segurança e a saúde.

- 8) Em sua formação acadêmica teve disciplinas relacionadas à sexualidade infantil, tais como: abuso sexual e violência sexual na educação infantil?

**GRÁFICO 7:** Histórico da formação acadêmica sobre a sexualidade.



Fonte: Elaborada pela autora.

A única educadora (Ônix, professora) que apresenta que já obteve conhecimento sobre a temática da sexualidade em sua formação, relata que: “teve aula, era uma palestra ministrada pela professora doutora Eliane Maio”, mas a sua formação em si não teve nada relacionado a isto.

Em uma das conversas particulares e informais com Jade (diretora), obtivemos a seguinte depoimento: "Nós nunca tivemos uma matéria específica no curso de Pedagogia, **ninguém nunca me ensinou como falar ou educar sexualmente a criança na Educação** (grifos nosso)s". Isto ressalta a falta de estudos organizados na formação docente inicial e continuada desta profissional. O grifo nosso, apresenta em nossa concepção uma mera desculpa ao lidar com a temática, ou seja, joga toda a culpa na universidade que não abordou o assunto, mas na realidade é que a educadora também possuiu parcela de culpa, visto que não tem informações para lidar com a temática com os/as alunos/as, ou não as busca.

Consoante afirmam Leão e Ribeiro (2009, p. 7)

[...] é preciso que os professores sejam devidamente preparados, isto é, tenham acesso ao conhecimento científico acerca deste assunto. Esta necessidade é reforçada pelo fato de que na prática pedagógica, por meio de palavras, olhares, atitudes, educadores podem desorientar ou orientar seus alunos.

As autoras Silva e Santos (s/d) destacam que se faz necessária uma nova visão dos/as educadores/as acerca da educação sexual, a realidade atual mostra que estamos avançando lentamente. É necessário que mude o currículo de formação docente, para que os/as profissionais da educação sintam-se preparados/as e qualificados/as para abordar a temática com as crianças.

Na próxima seção apresentamos os nossos apontamentos sobre as análises das respostas e o estudo sobre a sexualidade, expondo as Considerações Finais acerca do presente estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual nas escolas tem como objetivo fundamental, contribuir para que os/as alunos e alunas possam viver suas sexualidades de forma mais emancipatória, prazerosa e afetiva. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo/a outro/a, ao mesmo tempo busca garantir direitos básicos a todos/as, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos/ãs responsáveis e conscientes de suas capacidades, de seus direitos e deveres (FURLANI, 2009).

Estudos mostram os elevados índices de casos de abuso e violência sexual no Paraná, cerca de vinte e quatro por cento de denúncias foram registradas no "Disque 100", ou seja, uma em cada quatro denúncias de abuso sexual registradas no Brasil, parte do Estado do Paraná<sup>8</sup>.

Há tantas crianças e adolescentes que sofrem/sofreram violência sexual e muitas vezes os/as familiares, pessoas próximas ou os/as professores/as não percebem/perceberam que esta vítima está passando por dificuldades, sintomas de depressão etc. Não estamos dizendo que estas pessoas são as culpadas, mas que é preciso ter consciência de que casos de violência podem acontecer dentro da própria casa. Se o tema sexualidade não é debatido nas famílias, quem debaterá? Ou se é debatido, muitas vezes, é quando a criança se torna adolescente. Pensamos que cabe à escola discutir essa temática com os/as alunos/as, há tantas notícias de violência e abuso sexual e as pessoas têm pouca informação de como prevenir essa situação ou têm receio de levantar essa questão.

Conforme nossas análises percebemos que ainda esse tema é um tabu para as pessoas, inclusive na área da educação. Ainda existem preconceitos ao abordar essa temática. Ao longo deste trabalho, averiguamos que as instituições de ensino não trabalham essa temática, portanto a resposta da questão norteadora do presente projeto é que não trabalham sexualidade na Educação Infantil. Podemos

---

<sup>8</sup> PAIVA, E. (2014). Paraná registra 24% das denúncias de abuso e exploração sexual do país - Congoticias - **Notícias de Congoninhas e Região** [online]. Congoticias.net. Disponível em: <<http://www.congoticias.net/2014/05/parana-registra-24-das-denuncias-de.html>>. Acesso em: 14/11/2014.

verificar no PNE que a família seria a única responsável em conduzir da melhor forma possível a concepção de gênero, e não a escola.

A escola é a base de formação da criança, não colocando essa instituição como uma solução, mas é um caminho, ou seja, uma condução para que haja uma prevenção à violência sexual entre outros assuntos ligados à temática, isso se dará por meio da Educação Sexual na Educação Infantil.

Este tema sempre nos inquietou porque existe um grande número de casos de violência sexual e a sociedade, na maioria das vezes, não consegue amparar estas crianças, ou não faz nada para mudar essa realidade. É explícito que o abuso ou violência sexual contra crianças e adolescentes existirá ao longo dos anos. Entretanto, se houver uma prevenção educacional para esse tema haverá um caminho de luta a prosseguir, e a Escola pode contribuir. Acreditamos que, antes de surgir qualquer problema 'isolado' da violência infantil, podemos preveni-las com educação sexual nas escolas. Nós temos como medidas de prevenção Leis, cartilhas e Guias de Educação sexual, estas são algumas ferramentas em que os/as educadores/as podem contribuir com a prevenção, além de que deveria ter uma formação continuada, para preparar os/as profissionais da educação a identificar as violências e de como proceder às vítimas. De acordo com Rodrigues (2002), não podemos fechar os olhos para esses casos e perpetuar o mesmo estado das coisas. As chances de mudar e superar a situação são bem pequenos quando todos/as não dialogam este assunto, ou seja, é preciso refletir sobre a sexualidade na Educação Infantil e agir sobre os caminhos para a prevenção.

Em síntese, a formação no curso de Pedagogia se faz necessária e essencial para entendermos os avanços educacionais e as relações históricas e culturais. Compreender que o Ensino de Educação Infantil passou a ser valorizado perante o Ensino Regular ao longo da história e entendido como um início de uma formação inicial integral das pessoas é um processo essencial.

A sexualidade se faz presente em todas as fases do desenvolvimento humano (FREUD, 2006). Portanto, os/as professores/as deveriam ter uma disciplina específica para lidar com esses assuntos em sala de aula, sendo assim, estariam preparados para detectar os sinais de violência infantil.

## 7 REFERÊNCIAS

**A REDE TXAI.** Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente – Uma Visão Interdisciplinar para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Belém: TXAI/Movimento República de Emaús, 2004.

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes – proteção e prevenção:** Guia de Orientação para educadores. Petrópolis/RJ: Autores & Agentes & Associados, Abrapia, 1997.

ANDI - **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (DF).** ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2002. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 23/05/2015.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. **Escola e educação sexual:** uma relação necessária. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>>. Acesso em: 04/05/2015.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual intrafamiliar:** é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Pele de asno não é história** - um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes na família. São Paulo: Rocco, 1998.

\_\_\_\_\_. **A violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola** - um olhar da psicanálise e da saúde pública. Rio de Janeiro, 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes\\_psicanalise/1\\_GABRIELLA\\_FERRARESE\\_BARBOSA\\_formas\\_de\\_prevenir\\_a\\_violencia\\_sexual\\_contra\\_a\\_crianca\\_na\\_escola\\_um\\_olhar\\_da\\_psicanalise\\_e\\_da\\_sa.pdf](http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/1_GABRIELLA_FERRARESE_BARBOSA_formas_de_prevenir_a_violencia_sexual_contra_a_crianca_na_escola_um_olhar_da_psicanalise_e_da_sa.pdf)>. Acesso em: 21/11/2015.

BALBINOTTI, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar:** a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. 2008. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008\\_1/claudia\\_balbinotti.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/claudia_balbinotti.pdf)>. Acesso em: 19/09/2015.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontologia da Universidade Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORDINI, Santini Célia. **Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba**. Dissertação (Mestrado). 119f. UFP: Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2009.

BUENO, Sonia Maria Villela; MOIZÉS, Julieta Seixas. Compreensão sobre sexualidade e seno nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo Online**. Vol. 44. nº 1. São Paulo. Março, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342010000100029&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342010000100029&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23/08/2015.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade Infantil**: uma investigação acerca da Concepção das Educadoras de uma Creche Universitária sobre Educação Sexual. São Paulo: Assis, 2002. Mestrado (Dissertação) UNESP – Universidade Estadual Paulista/Campus Assis, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisabeth Gelli Yazelle. Assis, 2002.

\_\_\_\_\_. Sexualidade infantil: a importância da formação de professores (as) na questão de gênero. In: CARBELLO, Sandra Regina Cassol, COMAR, Sueli Ribeiro. **Educação no século XXI: Múltiplos desafios/**, (organizadoras). Maringá: Eduem, 2009. P. 209-221.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14/07/2015.

BRASIL. Constituição (2010). **Emenda constitucional n.º 65**, de 13 de julho de 2010. Lex: legislação federal e marginália, Brasília, 2010. p.1.

BRASIL. **Lei 11.829, de 25 de novembro de 2008**. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 2008c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada. **Crianças vítimas de abuso sexual**: aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Curitiba - Paraná, 2007. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas\\_de\\_abuso.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf)>. Acesso em: 29/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada e Diversidade do Ministério da Educação. **ESCOLA QUE PROTEGE**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes / Vicente de Paula.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998. 3.v.v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural e Orientação Sexual**. 2.ed. Brasília, 2000. v. 10, p. 112-128.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001

BRASIL. **Secretaria De Direitos Humanos Da Presidência Da República**, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/> >. Acesso em: 06 jun. 2014.

Brasil. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em:< <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 14/07/2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 1990.

BRIGGS, Freda; PAIOR, Sam. **Dicas para prevenir abuso sexual contra crianças e adultos com deficiência intelectual**. 2011. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=21597>>. Acesso em: 18/05/2015.

CAVASIN, Sylvia. **Entenda a polêmica sobre a discussão de gênero nos planos de educação**. Empresa Brasil de Comunicação Online. 2015. Disponível em:< <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>>. Acesso em: 26/11/2015.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Cláudia Maria. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Moderna, 1999.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio. **Cotidiano Escolar: Emergência e Invenção**. Piracicaba, SP: Jacintha, 2007.

CARVALHO, Adriana. **Gêneros diferentes, direitos iguais!** [on-line]. Edição 1. 2014. Disponível em:< <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml>>. Acesso em: 26/11/2015.

CARVALHO, Luiz Fernando *et al.* Campanha de Prevenção à Violência sexual contra crianças e adolescentes - **Cartilha Educativa**, 2000. Disponível



em:<[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf) >. Acesso em: 19/09/2015.

**Childhood.** Como identificar os sinais de abuso sexual e crianças e adolescente: pela proteção da infância - Parte 1. Publicada em via eletrônica 18/11/2015. Disponível em:< <http://www.childhood.org.br/como-identificar-os-sinais-de-abuso-sexual-em-criancas-e-adolescentes-parte-1>>. Acesso em: 14/12/2015.

COSTA, Elis Regina da; OLIVEIRA, de Kênia Eliane. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. *Innerarius Reflectionis. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG.* vol. 2. n.11, 2011, p. 1-17

Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Projeto Criança pede proteção. Itapetininga - São Paulo, junho/2007. Disponível em:< [http://www.itapetininga.sp.gov.br/social/cartilha\\_forum.pdf](http://www.itapetininga.sp.gov.br/social/cartilha_forum.pdf) >. Acesso em: 01/10/2015.

CRAMI – CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA. Cartilha sobre Maus-Tratos. São José do Rio Preto: Crami, 2000.  
DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiátrica.** Rio Grande do Sul, abr. 2003, vol.25 supl.1, p.9-21. ISSN 0101-8108. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>>. Acesso em 02/11/2015.

DIÓRIO, Denise. **Sexualidade, Educação e Orientação** – A importância do conhecimento do docente. Monografia de Conclusão do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Cenequista de Capivari – ISECC. 50, 2009. Disponível em:<  
[http://www.cneccapivari.br/libdig/index.php?option=com\\_rubberdoc&view=doc&id=35&format=raw](http://www.cneccapivari.br/libdig/index.php?option=com_rubberdoc&view=doc&id=35&format=raw)>. Acesso em: 02/07/2014.

ESTEVES, Acurso. **Mídia e sexualidade na educação infantil II.** 2000. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br>>. Acesso em: 02/07/2014.

FALEIROS, Eva Silveira Faleiros. FALEIROS, Vicente de Paula. **Escola que protege:** Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2008, edição eletrônica. Disponível em: <  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192) >. Acesso em: 26/04/2015.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 1, p. 41-54, Curitiba, 2006. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/gein/artigos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero,%20sexualidade%20e%20corpo%20na%20m%C3%ADdia.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da

escola. **Linhas**, Santa Catarina, v.7,n.1, p.1-21, 2006.

FORCHESATTO, Farenzena Passato Waleska. **Algumas Considerações sobre o conceito de fantasia em Freud e Melanie Klein**. 2011. Disponível em:<[http://www.circulopsicanaliticors.com.br/\\_files/artigo/45/56334bc19d5b6.pdf](http://www.circulopsicanaliticors.com.br/_files/artigo/45/56334bc19d5b6.pdf)>. Acesso em: 12/11/2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Martins Fontes. 1976.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos**. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <[www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

\_\_\_\_\_. Encarar os desafios da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**; Secretária de Estados da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED -Pr., 2009. p. 37-48.

FUZZI, Ludmila Pena. **Metodologia da Pesquisa de Campo: O que é a Pesquisa de Campo?**.2010. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Metodologia Científica, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>>. Acesso em: 17/11/2014.

FRANCO, M. L. P. B. Porque o conflito entre as tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 66, ago/1985, p. 75-80.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GLOBO.COM. Estudo diz que PR tem maior número de casos de abuso sexual infantil. Disponível em:<<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/05/estudo-diz-que-pr-tem-maior-numero-de-casos-de-abuso-sexual-infantil.html>>. Acesso em: 15/05/2014.

JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. **Metodologia qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?**. Lavras - Mato Grosso. Universidade Federal de Lavras. 2009. Disponível em:<<http://sober.org.br/palestra/13/392.pdf>>. Acesso em: 10/09/2015.

KUSNETZOFF, Juan Carlos. **Introdução à Psicopatologia Psicanalítica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LEITE, Carla Alessandra Ruiz. *et al.* A aprendizagem na concepção histórico cultural. **Akrópolis**. Umuarama, n. 04, p. 203-210, out/dez. de 2009. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/2900/2135>>. Acesso em: 26/11/2015.

LEITE, Lucimar da Luz; MAIO, Eliane Rose. **Gênero, sexualidade na Educação Infantil e a importância da intervenção pedagógica**. XIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2013. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_viii\\_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CH/PEDAGOGIA/06-completo.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CH/PEDAGOGIA/06-completo.pdf)>. Acesso em: 03/05/2014.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. A presença/ausência das temáticas sexualidade e gênero em um curso de Pedagogia. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES: Educação, Saúde, Movimentos Sociais, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. Anais... Salvador/Bahia, 2009 de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

LEITÃO, I. **A Importância da Sexualidade na Constituição do Psiquismo – um Olhar Psicanalítico**. 2015. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/a-importancia-da-sexualidade-na-constituicao-do-psiquismo-um-olhar-psicanalitico>. Acesso em: 14/11/2015.

LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose. **Violência sexual contra criança: contributos para a formação docente**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014a.

\_\_\_\_\_. Educação para a sexualidade como estratégia de enfrentamento a violência sexual e sua importância na formação. In: MAIA, A. C. B. *et al.* **Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2014b. p. 249 - 264.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira. Corpes. **A homossexualidade na literatura infanto-juvenil: produzindo significados**. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. 2012. Disponível em: <[http://abeh.org.br/arquivos\\_açanais/d/d008.pdf](http://abeh.org.br/arquivos_açanais/d/d008.pdf) >. Acesso em 28/11/2015.

MAIA, A. C. B. *et al.* Orientação sexual para professores: formulário para avaliar a aquisição de conhecimento sobre sexualidade infantil. **Minesis**, Bauru, v. 27, n. 2, p. 107-123, 2006.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: UniCorpore, 2011.

MARINGÁ. O NOME DA COISA - ELIANE MAIO - VER MAIS MARINGÁ. Grupo Ric de Comunicação. Programa Ver mais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwZIUabV3xl>>. Acesso em: 29/10/2015.

MARIALVA. **Câmara Municipal de Marialva**. Ordem do Dia - 22/06/2015 - Ordinária. Disponível em:<

<http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=ExpedienteTexto&ID=17&inExpedienteAta=1&dtReuniao=22/06/2015&tpReuniao=1&dsVerbete=>>. Acesso em:12/10/2015.

MARTINI, Aparecida Caroline. **Sexualidade na Educação Infantil**: reflexão sobre a prática pedagógica em Escolas Públicas e Privadas na cidade de Cambé-Pr.

Londrina, 2009. Disponível em:<

<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/CAROLINA%20APARECIDA%20MARTINI.pdf>>. Acesso em: 21/03/2015.

MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK. M. J.

(Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. P. 243-271.

MENICUCCI, Eleonora. Gêneros diferentes, direitos iguais! independente do gênero, todos deve ter direitos e deveres iguais. Em tudo! [08/10/2014] **Revista Educar para crescer Online**. Disponível em:<

<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml> >. Acesso em: 27/11/2015.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília - DF: Universidade Católica de Brasília - UCB. Mar. 2003. Disponível em:

<<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso dia: 27/07/2015.

MULLER, L. **Educação sexual em 8 lições**: como orientar da infância a

adolescência. Um guia para professores e pais. São Paulo: Academia do Livro, 2013.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Educação Sexual da Criança** – Conceitos teóricos básicos: sexo e sexualidade. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

NUNES, Juliana Leandrin. **Oficina de capacitação**: espaços para discussão sobre sexualidade e gênero. 2012. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <

[http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos\\_2012/JULIANA\\_LEANDRIN.PDF](http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/JULIANA_LEANDRIN.PDF) >. Acesso em: 17 out. 2015.

NICOLAU, Josimar Pires. As Influências dos Tabus e Pré-Conceitos Sexuais na Formação Intelectual e Social do Indivíduo pelo Prisma Psicanalítico. **PAIDOS –**

**Revista do Curso de Pedagogia**, São Luís de Montes Belos, p.01-19. Disponível em:< [http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1\\_tabus\\_sexuais.pdf](http://www.slmb.ueg.br/paidos/artigos/1_tabus_sexuais.pdf) >.2009. Acesso em: 27/11/2015.

OLIVEIRA, Elaine Martins. **Trabalhando a sexualidade na escola**: olhar de sensibilidade ao ser humano. 2007. Disponível em:<  
[http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/2012\\_trabalhando\\_a\\_sexualidade\\_na\\_escola.pdf](http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/2012_trabalhando_a_sexualidade_na_escola.pdf) >. Acesso em: 12/06/2015.

PAIVA, E. **Paraná registra 24% das denúncias de abuso e exploração sexual do país** - Congoticias - Notícias de Congonhinhas e Região [*online*]. Congoticias.net, 2014. Disponível em:<<http://www.congoticias.net/2014/05/parana-registra-24-das-denuncias-de.html>>. Acesso em: 14/11/2014.

RODRIGUES, Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores da educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2014. Disponível em:<  
<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074026.pdf> >. Acesso em: 10/09/2015.

RODRIGUES, Fátima. Prefácio. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora. 2002. p. 9-14.

ROMERO, Karen Richter Pereira dos Santos. **Crianças vítimas de abuso sexual**: Aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Curitiba: Eletrônica, 2007. Disponível em:  
 <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas\\_de\\_abuso.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

SANTANA, Jaqueline Farias de. **A formação inicial do curso de Pedagogia/UEM**: questões sobre a violência sexual infantil. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia de Referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood, 2009. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2010/12/Guia-de-Referencia.pdf>>. Acesso em: 10/10/2015.  
 em:  
 <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas\\_de\\_abuso.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

SANTOS, B. R. *et al.* **Guia Escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2013.

SENADO FEDERAL. Disponível em:<  
<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=178199&tp=1>>. Acesso em: 01/10/2015.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, Julio Groppa (Org.) **Sexualidade na escola** – alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p.112-129.

\_\_\_\_\_. **Refazendo laços de proteção:** ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescente. s Manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPED: CHILDHOOD - Instituto WCF-Brasil, 2006.

SILVA, Liza Maniela Martins e; SANTOS, Sandro Prado. **Sexualidade e Formação Docente:** representações de futuros professores/as de Ciência e Biologia <s.d>. Disponível em:< <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0835-1.pdf>>. Acesso em: 01/12/2015.

SILVA, Solange Mendonça da; BRAGA, Eliane Rose Maio. **Formação Docente:** mídia e a sexualidade. 2005. Disponível em:<[http://alb.com.br/arquivo-morto/portal/5seminario/PDFs\\_titulos/FORMACAO\\_DOCENTE\\_MIDIA\\_E\\_A\\_SEXUALIDADE.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/portal/5seminario/PDFs_titulos/FORMACAO_DOCENTE_MIDIA_E_A_SEXUALIDADE.pdf)>. Acesso em: 13/06/2015.

SILVA , L. L *et al.* **Violência silenciosa:** violência psicológica como condição da violência física doméstica . Interface - Comunic . , Saúde , Educ . , V.11 , n.21 , p.93-103 , jan / abr 2007 .

SILVA, Katia Krepsky Valladares. **Sexualidade feminina e docência:** desvelando tabus. Tese (curso de Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em:< [http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/katia%20valladares.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/katia%20valladares.pdf)>. Acesso em: 12/06/2015.

SILVARES, E. F. M. Orientação sexual da criança. In: BRANDÃO, M.Z.S.; CONTE, F. C. S.; MEZZAROBBA, S. M. B (Orgs.). **Comportamento humano:** tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor. Santo André/SP: ESETec Editores Associados, 2002. p. 111-120.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A sexualidade na educação infantil. 2011. **Revista ALEP.** Ano V, v. 16, p. 1-17Disponível em:< <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art9.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Professora, cadê seu corpo? In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, Gênero e Sexualidade,** Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 73.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 35-82.

## APÊNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

Acadêmica: Mariana Myla Taguchi  
Orientadora: Eliane Rose Maio

### QUESTIONÁRIO

A definição de questionário é como uma coleta de dados, procurando atingir um grande número de indivíduos.

Este questionário é voluntário e apresenta caráter confidencial, ou seja, não serão divulgados dados pessoais e da instituição, tem o objetivo de abordar o tema: Sexualidade na Educação Infantil.

Solicito dez minutos de seu tempo, para responder às questões abaixo, almejo avaliar os seus conhecimentos sobre a temática. São questões descritivas e de marcar ( x ) na resposta em que julgar correta.

A sinceridade nas respostas é essencial para o desenvolvimento do trabalho científico.

Desde já agradeço a sua colaboração!

1. Você acredita que a família é a única responsável pela Educação Sexual da criança?

( ) SIM

( ) NÃO

Por quê?

---



---



---



---

2. O tema: Sexualidade na Educação Infantil está presente nesta instituição?

( ) SIM

( ) NÃO

Caso sim, como:

---

---

---

---

3. Existe algum receio ao abordar sexualidade com as crianças?

( ) SIM

( ) NÃO

Por quê?

---

---

---

---

4. Como é trabalhada esta temática nas salas de aula desta instituição?

---

---

---

---

5. Conhece se há alguma lei Municipal para que se trabalhe essa temática nas escolas?

( ) SIM

( ) NÃO



Por quê?

---

---

---

---

6. Entre estes temas, quais acreditam que influencia a sexualidade da criança?

( ) INTERNET ( ) BRINCADEIRAS ( ) FILMES ( ) CONHECIMENTOS  
TRASMITIDOS PELOS PAIS ( ) NENHUM ( ) OUTROS

7. Você já presenciou casos de violência sexual nesta instituição? Se sim, quais atitudes foram tomadas?

---

---

---

---

8. Em sua formação acadêmica teve disciplinas relacionadas à sexualidade infantil, tais como: abuso sexual e violência sexual na educação infantil?

( ) SIM ( ) NÃO

Por quê?

---

---

---

---

**IDENTIFICAÇÃO**

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino

( ) Masculino

Tempo de atuação: \_\_\_\_\_

Idade entre:

( ) 20 a 25

( ) 25 a 30

( ) 30 a 40

( ) 40 a 50

## APÊNDICE B

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de solicitar sua autorização para a sua participação na pesquisa intitulada **CONCEPÇÃO DE EDUCADORAS DAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL DA CIDADE DE MARIALVA ACERCA DA SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**, referente ao Projeto de Pesquisa para a Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (2015) que é orientado pela professora Dra. Eliane Rose Maio, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é realizar um levantamento de conhecimentos dos profissionais da Educação, entre eles/as: orientadoras pedagógicas, diretoras e professoras sobre sexualidade na Educação Infantil, nas Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil na cidade de Marialva - Paraná. Para isto, sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: será entregue um questionário com algumas questões, as quais, num tempo de dez minutos aproximadamente serão respondidas dentro das Instituições. Informamos que o questionário será anônimo e o conhecimento das respostas pela pesquisadora não implicará na revelação da identidade do/a entrevistado/a. Gostaríamos de esclarecer que a sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a tal participação, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados vão contribuir para a resolução de problemas que tanto os/as alunos/as do Ensino Superior enfrentam durante a sua formação, quanto na prática da Educação Infantil após formados/as que envolvem situações de sexualidade. Informamos que os riscos da pesquisa podem ser: desconforto pelo teor da pesquisa, e caso ocorra, você pode deixar de responder, sem que isto lhe cause ônus ou prejuízo. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite mais esclarecimentos, pode nos contatar ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pela pesquisadora e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas

deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as (pela pesquisadora e por você, como sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Assinatura

Eu, Eliane Rose Maio, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o/a pesquisador/a, conforme o endereço abaixo:

Nome: Eliane Rose Maio  
Endereço: Av. Colombo, 5796 – Maringá-Paraná  
(telefone/e-mail) (44) 30115104 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: Mariana Myla Taguchi  
Endereço: Rua Antônio Salema, 744 – Maringá-Paraná  
(telefone/e-mail) (44) 88245864 – mariana\_taguchi\_@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM  
Universidade Estadual de Maringá.  
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.  
Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.  
CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3011-4444  
E-mail:copep@uem.br

